

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>197.467</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	28.552.833	28.630.905
1.01	Ativo Circulante	6.694.954	7.122.385
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	231.686	460.692
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.071	5.971
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	6.071	5.971
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	6.071	5.971
1.01.03	Contas a Receber	4.305.105	4.148.876
1.01.03.01	Clientes	4.204.566	4.049.106
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.684.571	3.577.771
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	519.995	471.335
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	100.539	99.770
1.01.04	Estoques	27.308	29.075
1.01.04.01	Almoxarifado	27.308	29.075
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.298.401	1.642.446
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.298.401	1.642.446
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	134.338	11.877
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.164.063	1.630.569
1.01.07	Despesas Antecipadas	72.018	53.267
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	754.365	782.058
1.01.08.03	Outros	754.365	782.058
1.01.08.03.03	Outros créditos	388.075	403.513
1.01.08.03.05	Serviços em curso	366.290	378.410
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	0	135
1.02	Ativo Não Circulante	21.857.879	21.508.520
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.935.355	17.426.800
1.02.01.04	Contas a Receber	34.387	48.816
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	16.248	27.175
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	18.139	21.641
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.143.373	4.303.682
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.143.373	4.303.682
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.757.595	13.074.302
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	710.349	693.705
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.493.280	2.212.117
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	8.509.581	8.317.479
1.02.01.10.09	Outros créditos	56.917	56.172
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.559.157	1.352.551
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	428.311	442.278
1.02.02	Investimentos	38.363	37.018
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.363	37.018
1.02.03	Imobilizado	182.051	195.297
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	182.051	195.297
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	163.527	176.459
1.02.03.01.02	Imobilizado em serviço	18.524	18.838
1.02.04	Intangível	3.702.110	3.849.405

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1.02.04.01	Intangíveis	3.702.110	3.849.405
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.702.110	3.849.405

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	28.552.833	28.630.905
2.01	Passivo Circulante	8.795.166	8.664.639
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	133.996	113.802
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	133.996	113.802
2.01.02	Fornecedores	2.489.679	2.684.098
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.489.679	2.684.098
2.01.03	Obrigações Fiscais	509.874	506.176
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.535	123.084
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	117.535	123.084
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	388.549	379.111
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.790	3.981
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.981.324	1.516.348
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.512.313	1.117.790
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	886.995	292.494
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	625.318	825.296
2.01.04.02	Debêntures	469.011	398.558
2.01.05	Outras Obrigações	3.518.258	3.656.929
2.01.05.02	Outros	3.518.258	3.656.929
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.638	160.138
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	4	59
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	529.356	541.388
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	687.397	714.503
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.152.519	872.417
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.577	6.741
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	67.568	66.282
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	51.671	51.894
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	182.429	238.873
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	732.757	997.292
2.01.06	Provisões	162.035	187.286
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158.740	184.062
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	158.740	184.062
2.01.06.02	Outras Provisões	3.295	3.224
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.295	3.224
2.02	Passivo Não Circulante	16.666.664	17.143.350
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.532.167	5.510.823
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.789.800	1.757.085
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.789.800	1.757.085
2.02.01.02	Debêntures	3.742.367	3.753.738
2.02.02	Outras Obrigações	10.132.162	10.687.438
2.02.02.02	Outros	10.132.162	10.687.438
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.194.328	6.629.343
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	104.404	98.703
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	12.849	14.685
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	110.892	106.165

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	560.079	502.616
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	138.155	150.086
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.848.530	2.983.143
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	162.925	202.697
2.02.04	Provisões	1.002.335	945.089
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	999.887	942.641
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	999.887	942.641
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.091.003	2.822.916
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	2.237.488	2.237.488
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.040.722	2.040.722
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.472	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	536.415	552.068
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.079.327	-5.314.595

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.837.880	4.882.893
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.613.351	-3.449.567
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.802.392	-1.748.006
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-105.545	-70.571
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-836.456	-741.336
3.02.07	Pessoal e Administradores	-113.566	-113.802
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.327	-1.401
3.02.09	Serviços de Terceiros	-190.271	-178.319
3.02.10	Material	-4.724	-9.119
3.02.11	Custo de Construção	-354.125	-353.632
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-248	-279
3.02.16	Depreciação e Amortização	-176.167	-162.820
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-28.530	-70.282
3.03	Resultado Bruto	1.224.529	1.433.326
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-298.333	-301.804
3.04.01	Despesas com Vendas	-144.518	-166.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-175.097	-172.605
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.282	37.651
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	926.196	1.131.522
3.06	Resultado Financeiro	-503.839	-354.454
3.06.01	Receitas Financeiras	201.110	231.210
3.06.02	Despesas Financeiras	-704.949	-585.664
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-704.827	-585.594
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-122	-70
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	422.357	777.068
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-161.840	-224.217
3.08.01	Corrente	0	-5.878
3.08.02	Diferido	-161.840	-218.339
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	260.517	552.851
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	260.517	552.851
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,31929	2,79971

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	260.517	552.851
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.570	-12.259
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	11.470	-18.574
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-3.900	6.315
4.03	Resultado Abrangente do Período	268.087	540.592

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-79.379	589.906
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.145.999	1.722.592
6.01.01.01	Lucro líquido do período	260.517	552.851
6.01.01.02	Depreciação e amortização	233.656	237.141
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	-77.887	43.353
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	80.200	-16.165
6.01.01.05	Variações monetárias	24.596	-29.504
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-129.171	-173.849
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	75.236	120.762
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	32.540	202.299
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	1.286	14.482
6.01.01.10	Encargos de dívidas	161.813	197.507
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	153.623	154.832
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	2.628	16.688
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	161.840	218.340
6.01.01.15	Variações cambiais - empréstimos	77.881	-43.340
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	6.454	6.977
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	98.354	127.614
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	69.282	46.088
6.01.01.20	Ajuste a valor de mercado empréstimos e debêntures	-86.849	46.516
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-335.393	-286.997
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-209.046	-294.841
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-69.126	-82.075
6.01.02.03	Almoxarifado	1.767	5.400
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	13.076	-142.183
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	185.343	395.059
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-18.751	-38.366
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	-769	-16.263
6.01.02.08	Outros créditos	10.296	-13.798
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	20.194	11.810
6.01.02.11	Fornecedores	-188.480	-53.556
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	-238.928
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	3.698	143.351
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	337.565	315.258
6.01.02.15	Serviços em curso	12.120	-11.016
6.01.02.16	Encargos setoriais	-9.917	23.569
6.01.02.19	Outras obrigações	-24.215	31.838
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-399.148	-322.256
6.01.03	Outros	-889.985	-845.689
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-24.007	-72.623
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-124.075	0
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-588.802	-272.037
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-59.497	-393.570

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-6.603	-6.977
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-87.001	-100.482
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-404.520	-212.276
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-371.984	-384.361
6.02.02	Consumidores participação financeira	7.957	27.879
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-100	-2.778
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-37.419	154.220
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-2.974	-7.236
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	254.893	-20.138
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	580.121	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-222.697	-3.688
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-12.005	-16.450
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-59.500	0
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	-31.026	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-229.006	357.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	460.692	1.338.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	231.686	1.695.661

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.817	235.270	268.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.517	0	260.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-227.700	235.270	7.570
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.470	11.470
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.900	-3.900
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	-345.000	345.000	0
5.05.02.07	Tributos s/ ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	117.300	-117.300	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.655	-15.655	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	23.720	-23.720	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.065	8.065	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	48.472	-4.542.912	3.091.003

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-120.000	0	-120.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-120.000	0	-120.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	552.851	-12.259	540.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	552.851	0	552.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.259	-12.259
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-18.574	-18.574
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	6.315	6.315
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.647	-15.647	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	23.707	-23.707	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.060	8.060	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	448.498	-4.257.642	2.814.381

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.01	Receitas	7.451.019	7.322.217
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.506.181	4.659.886
7.01.02	Outras Receitas	2.735.231	2.475.549
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	354.125	353.632
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-144.518	-166.850
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.608.753	-3.420.889
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.000.638	-2.804.153
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-577.160	-565.203
7.02.04	Outros	-30.955	-51.533
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.842.266	3.901.328
7.04	Retenções	-245.118	-237.143
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-245.118	-237.143
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.597.148	3.664.185
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	201.110	204.151
7.06.02	Receitas Financeiras	201.110	204.151
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.798.258	3.868.336
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.798.258	3.868.336
7.08.01	Pessoal	153.956	154.721
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.049	107.289
7.08.01.02	Benefícios	45.352	38.357
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.555	9.075
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.673.127	2.603.877
7.08.02.01	Federais	1.565.675	1.536.024
7.08.02.02	Estaduais	1.102.335	1.063.382
7.08.02.03	Municipais	5.117	4.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	710.658	556.887
7.08.03.01	Juros	704.949	558.575
7.08.03.02	Aluguéis	5.709	-1.688
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	276.172	568.498
7.08.04.02	Dividendos	0	120.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	276.172	448.498
7.08.05	Outros	-15.655	-15.647
7.08.05.01	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-15.655	-15.647

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



**São Paulo, 29 de abril de 2024** – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (cerca de 18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre (“1T24”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

## DESTAQUES

### DESTAQUES NO PERÍODO

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	7.595.538	7.489.067	1,4%	7.657.967	-0,8%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.837.880	4.882.893	-0,9%	4.977.323	-2,8%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	1.159.852	1.357.506	-14,6%	1.018.484	13,9%
Margem EBITDA (%)*	24,0%	27,8%	-3,8 p.p.	20,5%	3,5 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	25,9%	30,0%	-4,1 p.p.	22,1%	3,7 p.p.
EBIT (3) (R\$ mil)*	926.196	1.131.522	-18,1%	795.107	16,5%
Margem EBIT (%)*	19,1%	23,2%	-4 p.p.	16,0%	3,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	260.517	552.851	-52,9%	187.952	38,6%
Margem Líquida (%)	5,4%	11,3%	-5,9 p.p.	3,8%	42,6%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	5,8%	12,2%	-6,4 p.p.	4,1%	42,3%
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.198	10.568	6,0%	11.041	1,4%
CAPEX (R\$ mil)*	372.638	467.780	-20,3%	398.147	-6,4%
DEC - horas (12 meses)*	6,95	6,23	11,6%	6,77	2,6%
FEC - vezes (12 meses)*	3,45	3,30	4,5%	3,40	1,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,60%	96,82%	0,8 p.p.	97,68%	-0,1 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,49%	10,97%	-0,5 p.p.	10,58%	-0,09 p.p.
PMSO (4) /Consumidor*	76,9	82,6	-7,2%	96,0	-19,8%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## EVENTOS CLIMÁTICOS E IMPACTOS NA ÁREA DE CONCESSÃO

### Eventos climáticos e impactos na área de concessão

No dia 03 de novembro, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de 105 km/h, magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas 2,1 milhões de clientes (25% do total) foram afetados, ou seja, 193x acima do número de clientes interrompidos em condições normais. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros registraram mais de 2 mil chamados em ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram mais de 1.300 chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de 178 postes, substituição de 203 km de condutores, 587 chaves seccionadoras, 5 religadores e 161 transformadores.

Em fevereiro de 2024, a Enel São Paulo tomou ciência o Auto de Infração nº 02/2024 recebido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que determinou a aplicação de multa pecuniária no valor de R\$ 165,8 milhões em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrida em novembro de 2023.

Em reunião pública ordinária, ocorrida no início de abril de 2024, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia e manteve a penalidade de multa aplicada. A Enel São Paulo aguarda a publicação da decisão para ter acesso à sua íntegra e estudar as medidas cabíveis.

### Plano de Melhoria

Em abril de 2024, a Enel São Paulo apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

## Comentário do Desempenho

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 6,2 bilhões entre 2024 e 2026 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, elevando o patamar anual de investimento da Enel São Paulo de uma média de R\$ 1,4 bilhão, desde a aquisição da Eletropaulo, para cerca de R\$ 2 bilhões. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas pela distribuidora, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações apresentadas pela companhia:

- **Aumento de pessoal próprio:** contratação de até 1.200 colaboradores próprios nos próximos 12 meses para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- **Investimento em infraestrutura:** ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- **Novos protocolos de atuação em caso de contingência:** ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- **Podas de árvores:** proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;
- A companhia reiterou seu compromisso de participação no Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), que passa a integrar de forma permanente para auxiliar as autoridades no atendimento às ocorrências no município.
- Enel e prefeitura sugeriram a criação de uma força-tarefa conjunta e um canal de comunicação para priorizar o atendimento das necessidades estratégicas do município. Com um grupo de trabalho integrado com a prefeitura, a distribuidora vai acompanhar de perto as demandas da administração pública.

## 3 PERFIL CORPORATIVO

## Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km<sup>2</sup>, conta com 7,9 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 18,0 milhões de habitantes<sup>1</sup>.

## DADOS GERAIS\*

	1T24	1T23	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.580	42.476	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	1.846	1.846	0,0%
Subestações (Unid.)	163	163	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	42.689	41.209	3,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	8,81%	8,83%	0 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	7,93%	8,08%	-0,15 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

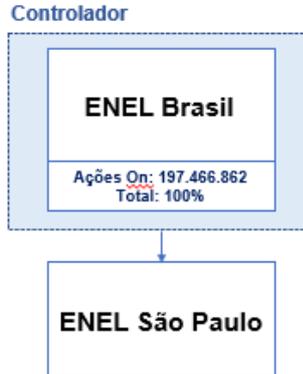
1 Pirapora do Bom Jesus  
2 Cajamar  
3 Santana de Parnaíba  
4 Barueri  
5 Osasco  
6 Carapicuíba  
7 Jandira  
8 Itapevi  
9 Vargem Grande Paulista  
10 Cotia  
11 Taboão da Serra  
12 Embu das Artes  
13 Itapeverica da Serra  
14 São Lourenço da Serra  
15 Embu-Guaçu  
16 Juquitiba  
17 São Paulo  
18 Otadema  
19 São Caetano do Sul  
20 São Bernardo do Campo  
21 Santo André  
22 Rio Grande da Serra  
23 Ribeirão Pires  
24 Mauá



<sup>1</sup> Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

## Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2024



## 4 DESEMPENHO OPERACIONAL

## Mercado de Energia\*

## Unidades Consumidoras

## NÚMERO DE CONSUMIDORES

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>7.940.768</b>	<b>7.798.231</b>	<b>1,8%</b>	<b>7.923.164</b>	<b>0,2%</b>
Residencial	7.470.526	7.341.621	1,8%	7.453.129	0,2%
Industrial	24.752	24.720	0,1%	24.892	-0,6%
Comercial	426.856	413.894	3,1%	423.441	0,8%
Rural	577	549	5,1%	584	-1,2%
Setor Público	18.057	17.447	3,5%	21.118	-14,5%
<b>Clientes Livres</b>	<b>4.298</b>	<b>3.264</b>	<b>31,7%</b>	<b>3.926</b>	<b>9,5%</b>
Industrial	978	719	36,0%	873	12,0%
Comercial	3.200	2.484	28,8%	2.977	7,5%
Setor Público e outros	120	61	96,7%	76	57,9%
<b>Total - Número de Consumidores (faturados)</b>	<b>7.945.066</b>	<b>7.801.495</b>	<b>1,8%</b>	<b>7.927.090</b>	<b>0,2%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A Companhia encerrou o 1T24 com um aumento de 1,8%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 1T23.

O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 129 mil clientes). Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 36,0% e 28,8% respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão<sup>2</sup>

## VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.613	7.344	3,7%	7.506	1,4%
Clientes Livres	3.586	3.224	11,2%	3.535	1,4%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>11.198</b>	<b>10.568</b>	<b>6,0%</b>	<b>11.041</b>	<b>1,4%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

\* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

<sup>2</sup> Não Inclui Consumo Próprio

## Comentário do Desempenho

## Mercado Cativo

## VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Residencial	4.548	4.273	6,4%	4.432	2,6%
Industrial	406	454	-10,5%	461	-11,9%
Comercial	2.163	2.115	2,3%	2.122	1,9%
Rural	9	8	8,1%	8	4,5%
Setor Público	487	494	-1,4%	482	1,0%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>7.613</b>	<b>7.344</b>	<b>3,7%</b>	<b>7.506</b>	<b>1,4%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O mercado cativo totalizou 7.613 GWh no 1T24, representando um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período no ano passado (7.344 GWh) derivado das temperaturas recordes registradas no trimestre, por conta do efeito do El Niño.

O consumo na classe residencial registrou um aumento de 6,4% no trimestre em relação ao ano anterior em decorrência do impacto positivo associado a temperaturas mais elevadas no período observado.

Já na classe industrial, a redução de -10,5% em relação ao mesmo período no ano anterior, por conta do efeito da migração para o mercado livre, impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

O consumo da classe comercial apresentou um crescimento de 2,3% no trimestre em razão das temperaturas mais elevadas e do bom desempenho econômico, mais do que compensando o efeito da migração dos clientes para o mercado livre.

Em relação ao setor público, a redução de 1,4% observada no trimestre também está associada à migração para o mercado livre.

## Clientes Livres

## TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Industrial	1.390	1.320	5,3%	1.469	-5,3%
Comercial	1.753	1.501	16,8%	1.632	7,4%
Setor Público e outros	442	403	9,7%	434	2,0%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres</b>	<b>3.586</b>	<b>3.224</b>	<b>11,2%</b>	<b>3.535</b>	<b>1,4%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.586 GWh no 1T24, um aumento de 11,2% quando comparado ao 1T23, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe comercial, refletindo o impacto positivo das temperaturas mais elevadas, o aquecimento do setor varejista e de serviços, além da migração de clientes do mercado cativo, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A.

## Compra de Energia\*

## COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Itaipu	1.751	1.784	-1,9%	1.835	-4,5%
Angra 1 e 2	347	346	0,3%	354	-1,8%
Proinfa	158	156	1,3%	174	-9,0%
Leilão e Quotas	6.245	6.770	-7,8%	6.710	-6,9%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>8.501</b>	<b>9.057</b>	<b>-6,1%</b>	<b>9.072</b>	<b>-6,3%</b>
Liquidação na CCEE	787,8	-67,3	<-100,0%	98,9	696,7%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>9.289</b>	<b>8.990</b>	<b>3,3%</b>	<b>9.171</b>	<b>1,3%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

\* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

## Comentário de Desempenho

## Balanço de Energia\*

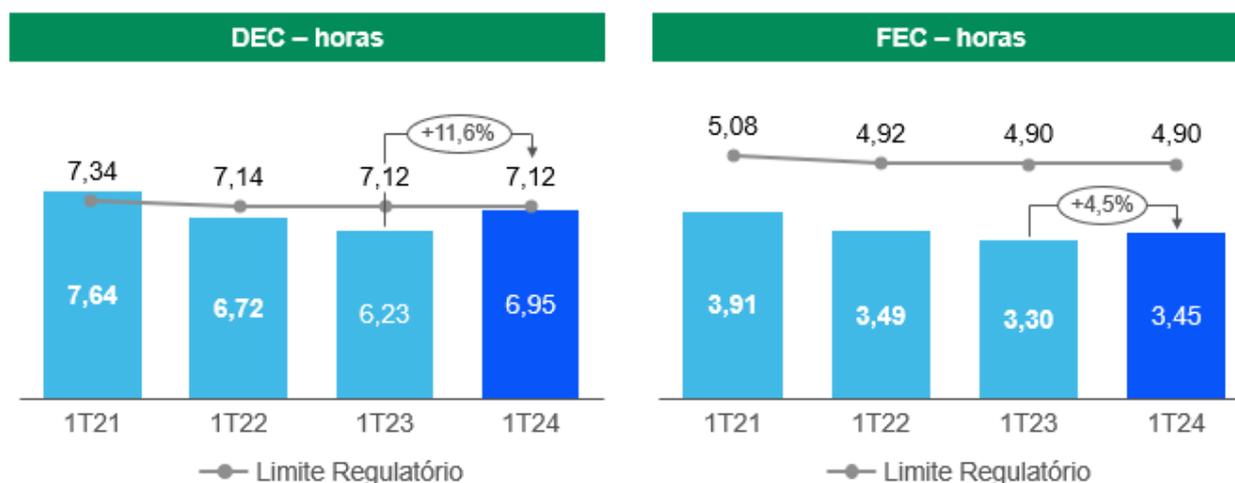
## BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Energia Requerida (GWh)	12.830,2	12.175,9	5,4%	12.582,5	2,0%
Energia Distribuída (GWh)	11.269	10.638	5,9%	11.115	1,4%
Mercado Cativo	7.693	7.401	3,9%	7.579	1,5%
Mercado Livre	3.577	3.237	10,5%	3.535	1,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.561	1.538	1,5%	1.468	6,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	12,17%	12,63%	-0,5 p.p.	11,67%	0,5 p.p.

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

## Indicadores Operacionais

## Qualidade do Fornecimento\*



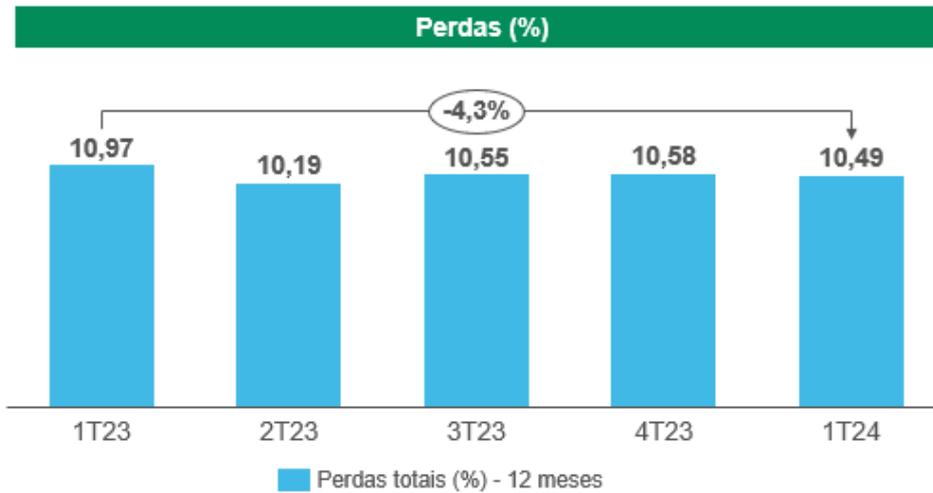
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T24, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram um crescimento de 11,6% e 4,5% respectivamente em relação ao mesmo período em 2023, reflexo, principalmente, dos eventos climáticos ocorridos em novembro e no início do ano, além das interrupções no fornecimento de energia ocorridos no início do ano na região central da cidade de São Paulo.

Destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 7,12 / FEC: 4,90).

\* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

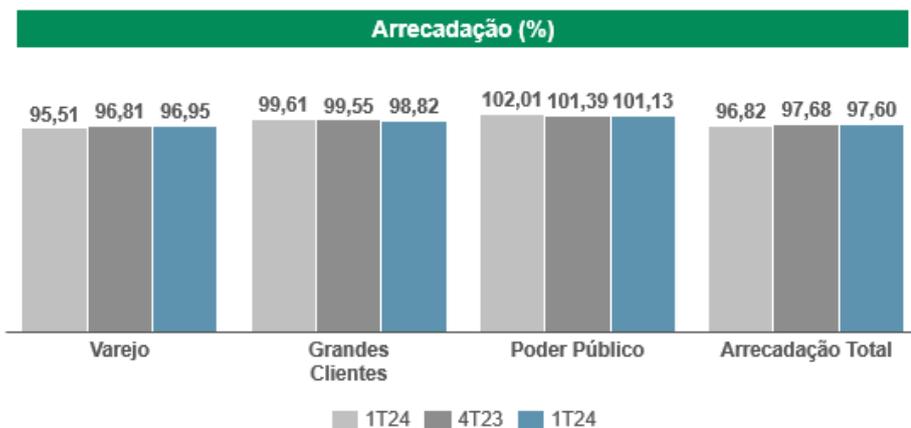
## Disciplina de Mercado\*



As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,49%<sup>3</sup>, sendo divididas entre perdas técnicas (5,05%) e não técnicas (5,44%). Em comparação ao 1T23, as perdas totais apresentaram uma redução de 0,48 p.p., reflexo das iniciativas implementadas ao longo dos últimos meses, mesmo considerando os impactos dos eventos climáticos ocorridos em novembro, onde houve a necessidade de mobilização das equipes de campo que atuam nas operações de cortes, leituras e inspeções para o atendimento das ocorrências emergenciais.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição, (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular e (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 191 GWh de energia no 1T24.

## Arrecadação\*



O índice de arrecadação da companhia atingiu 97,60% no 1T24 contra 96,82% no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 0,78 p.p., refletindo as ações recorrentes, voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais

de pagamento, implementação do PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

<sup>3</sup> O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

## Comentário do Desempenho

O índice de arrecadação da Companhia também foi impactado positivamente pela recuperação de dívidas antigas através do programa do Governo Federal Desenrola Brasil, que viabilizou cerca de 44 mil negociações, totalizando aproximadamente R\$ 66 milhões.

Destaca-se também que durante o 2T23, houve um ajuste de metodologia da cobrabilidade impactando a base histórica do indicador, porém sem efeito no caixa da Companhia.

## 5 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

## Receita Operacional Líquida

## RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>1.229.876</b>	<b>1.107.332</b>	<b>11,1%</b>	<b>2.633.318</b>	<b>-53,3%</b>
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(35.114)	(24.617)	42,6%	(23.428)	49,9%
Subvenção de recursos da CDE	245.630	195.909	25,4%	231.312	6,2%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	782.725	652.115	20,0%	752.418	4,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	3.126.386	3.420.704	-8,6%	3.052.631	2,4%
Receita de construção	354.125	353.632	0,1%	372.595	-5,0%
Atualização do ativo financeiro da concessão	129.171	173.850	-25,7%	53.186	>100,0%
Ativo financeiro setorial, líquido	223.676	97.514	>100,0%	379.917	-41,1%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	1.539.063	1.512.628	1,7%	206.018	>100,0%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>7.595.538</b>	<b>7.489.067</b>	<b>1,4%</b>	<b>7.657.967</b>	<b>-0,8%</b>
ICMS	(1.099.557)	(1.060.899)	3,6%	(1.070.558)	2,7%
COFINS	(453.849)	(461.498)	-1,7%	(469.774)	-3,4%
PIS	(98.549)	(100.073)	-1,5%	(102.019)	-3,4%
ISS	(82)	(80)	2,5%	(82)	-
<b>Total - Tributos</b>	<b>(1.652.037)</b>	<b>(1.622.550)</b>	<b>1,8%</b>	<b>(1.642.433)</b>	<b>0,6%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(43.768)	(43.265)	1,2%	(44.057)	-0,7%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.051.293)	(885.137)	18,8%	(985.961)	6,6%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(6.255)	(7.888)	-20,7%	(6.255)	-
Encargos do consumidor - PROINFA	(4.475)	(47.369)	-90,6%	(1.753)	>100,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	170	35	>100,0%	(185)	<-100,0%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(1.105.621)</b>	<b>(983.624)</b>	<b>12,4%</b>	<b>(1.038.211)</b>	<b>6,5%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(2.757.658)</b>	<b>(2.606.174)</b>	<b>5,8%</b>	<b>(2.680.644)</b>	<b>2,9%</b>
<b>Total - Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.837.880</b>	<b>4.882.893</b>	<b>-0,9%</b>	<b>4.977.323</b>	<b>-2,8%</b>

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 4,8 bilhões no 1T24, representando uma redução de 0,9% (R\$ 45,0 milhões) em relação ao 1T23. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 1T24, alcançou o montante de R\$ 4,5 bilhões, uma redução de R\$ 45,4 milhões em relação ao 1T23, cujo montante foi de R\$ 4,5 bilhões. Esta redução é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Redução R\$ 294,3 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD (cativo), devido ao reajuste tarifário negativo de 2023 (-2,24%), vigente desde Julho de 2023, impactando o 1T24. Durante o 1T23, tal rubrica foi positivamente impactada pelo reajuste tarifário de 2022 (12,04%);
- Redução na rubrica de Atualização do ativo financeiro da concessão na ordem de R\$ 44,7 milhões, devido a menor inflação registrada no período versus o ano anterior;
- Aumento nas deduções da receita no 1T24 na ordem de 5,8% ou R\$ 151,5 milhões em comparação com o 1T23. Os principais efeitos são apresentados a seguir:
  - Aumento de 1,8% (R\$ 29,5 milhões) no total de tributos, decorrente principalmente do aumento na rubrica do ICMS;
  - Aumento de 12,4% ou R\$ 122,0 milhões em Encargos Setoriais, derivados sobretudo: pelo aumento de R\$ 166,2 milhões no encargo CDE em função principalmente do pagamento do empréstimo da conta covid e escassez hídrica. Tal efeito foi parcialmente compensando por uma redução de R\$ 42,9 milhões na rubrica relacionada ao PROINFA, em razão da redução das tarifas homologadas para faturamento dos consumidores livres conforme reajuste tarifário 2023 que passou a vigorar a partir de Julho/2023

Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Aumento de R\$ 126,2 milhões na linha de Ativo financeiro setorial líquido relacionado principalmente ao aumento da constituição passiva da CVA, incluindo ao aumento da compra de energia no mercado de curto prazo;
- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia – mercado cativo em R\$ 122,5 milhões. Mesmo considerando o reajuste tarifário de 2023 de -2,24% (desde julho/2023), houve uma melhora associada a um aumento do consumo – decorrente das altas temperaturas registradas no trimestre;
- Aumento de R\$ 49,7 milhões na rubrica de subvenção de recursos da CDE decorrentes do aumento de clientes cadastrados como baixa renda.

## Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)					
	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.907.937)	(1.818.577)	4,9%	(2.090.644)	-8,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(836.456)	(741.336)	12,8%	(765.076)	9,3%
<b>Total - Não Gerenciáveis</b>	<b>(2.744.393)</b>	<b>(2.559.913)</b>	<b>7,2%</b>	<b>(2.855.720)</b>	<b>-3,9%</b>
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(150.352)	(150.450)	-0,1%	(163.563)	-8,1%
Previdência Privada	(1.709)	(1.818)	-6,0%	(2.471)	-30,8%
Material e Serviços de Terceiros	(244.881)	(243.746)	0,5%	(300.116)	-18,4%
Depreciação e Amortização	(233.656)	(225.984)	3,4%	(223.377)	4,6%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(75.236)	(120.762)	-37,7%	(22.031)	241,5%
Custo de Construção	(354.125)	(353.632)	0,1%	(372.595)	-5,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(30.802)	(16.347)	88,4%	(68.070)	-54,7%
Perda de recebíveis de clientes	(69.282)	(46.088)	50,3%	(96.703)	-28,4%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	33.406	34.033	-1,8%	32.740	2,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(40.654)	(66.664)	-39,0%	(110.310)	-63,1%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(1.167.291)</b>	<b>(1.191.458)</b>	<b>-2,0%</b>	<b>(1.326.496)</b>	<b>-12,0%</b>
<b>Total - Gerenciáveis (excluindo custo de construção)</b>	<b>(813.166)</b>	<b>(837.826)</b>	<b>-2,9%</b>	<b>(953.901)</b>	<b>-14,8%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais</b>	<b>(3.911.684)</b>	<b>(3.751.371)</b>	<b>4,3%</b>	<b>(4.182.216)</b>	<b>-6,5%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 3,9 bilhões no 1T24, um aumento de R\$ 160,3 milhões em comparação com o 1T23. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 2,7 bilhões, montante 7,2% (R\$ 184,5 milhões) superior ao registrado no 1T23, explicado por:

- Aumento na Energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 89,4 milhões em razão do incremento no montante de energia;
- Aumento na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 95,1 milhões.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T24, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram uma redução de R\$ 24,7 milhões (-2,9%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Melhora de R\$ 45,5 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão da recuperação de dívidas antigas através do programa do Governo Federal Desenrola Brasil;
- Redução de R\$ 26,0 milhões em outras despesas operacionais parcialmente explicado por:
  - (i) Melhora na rubrica de Indenização por danos elétricos e não elétricos devido a reversão de provisão realizada em dezembro de 2023.
  - (ii) Redução na baixa do ativo financeiro da concessão ocorrida após a revisão tarifária;

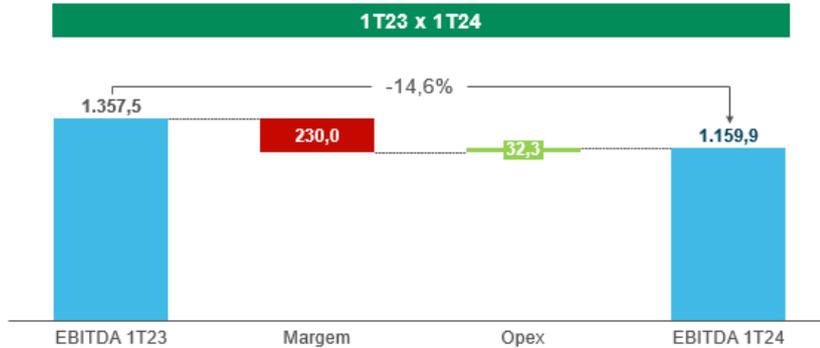
Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Aumento da rubrica de Perdas de Recebíveis de Clientes (R\$ 23,2 milhões) em razão de *write off* da dívida;

## Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 14,5 milhões em provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas explicado principalmente pela provisão relacionada ao auto de infração nº 12/2022 conforme nota explicativa 15.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 1T24 atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhão, o que representa uma redução de R\$ 197,7 milhões em relação ao 1T23 em decorrência de menor margem auferida no período, devido principalmente ao reajuste tarifário negativo de 2023, além do aumento das deduções, conforme explicado acima.

Tal efeito foi parcialmente compensada pelo menor nível de custos e despesas operacionais (opex), em razão especialmente do menor nível de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

## Resultado Financeiro

## RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Renda de Aplicações Financeiras	5.027	90.068	-94,4%	6.003	-16,3%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	2.779	11.104	-75,0%	19.457	-85,7%
Subvenções governamentais	58	298	-80,5%	121	-52,1%
Atualização de Créditos Tributários	1.607	23	>100,0%	21	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	20.773	17.517	18,6%	13.124	58,3%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	(7.485)	55.144	<-100,0%	(12.966)	-42,3%
Ajuste MTM Dívida	109.895	42.307	>100,0%	98.923	11,1%
Juros e variações monetárias - outros	61.224	10.655	>100,0%	68.430	-10,5%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	774	3.807	-79,7%	1.897	-59,2%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	10.599	5.898	79,7%	3.005	252,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(4.141)	(5.611)	-26,2%	(5.461)	-24,2%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>201.110</b>	<b>231.210</b>	<b>-13,0%</b>	<b>192.554</b>	<b>4,4%</b>
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(108.525)	(141.721)	-23,4%	(99.411)	9,2%
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(53.288)	(58.773)	-9,3%	(22.217)	139,9%
Instrumentos Financeiros de hedge	(148.316)	(141.609)	4,7%	(197.922)	-25,1%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(6.454)	(6.977)	-7,5%	(6.879)	-6,2%
Subvenções governamentais	(58)	(298)	-80,5%	(121)	-52,1%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	3.698	(6.927)	<-100,0%	(14.819)	<-100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	655	2.984	-78,0%	600	9,2%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(10.652)	(3.960)	>100,0%	(13.048)	-18,4%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(53.521)	(16.185)	>100,0%	(33.363)	60,4%
Atualização Acordo Eletrobras	(1.286)	(14.482)	-91,1%	(1.984)	-35,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(151.965)	(153.407)	-0,9%	(153.407)	-0,9%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(1.580)	(1.636)	-3,4%	(1.133)	39,5%
Juros e variações monetárias - outros	(62.854)	(10.089)	>100,0%	(52.568)	19,6%
Outras Despesas Financeiras	(37.200)	(5.455)	>100,0%	(65.137)	-42,9%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(73.481)	(27.058)	>100,0%	(59.715)	23,1%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(704.827)</b>	<b>(585.593)</b>	<b>20,4%</b>	<b>(721.124)</b>	<b>-2,3%</b>
<b>Variações Cambiais</b>	<b>(122)</b>	<b>(70)</b>	<b>74,3%</b>	<b>287</b>	<b>-142,5%</b>
Variações cambiais - Empréstimos	(77.881)	43.339	<-100,0%	111.460	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	77.887	(43.353)	<-100,0%	(111.469)	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(128)	(56)	>100,0%	296	<-100,0%
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(503.839)</b>	<b>(354.453)</b>	<b>42,1%</b>	<b>(528.283)</b>	<b>-4,6%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

## Comentário de Desempenho

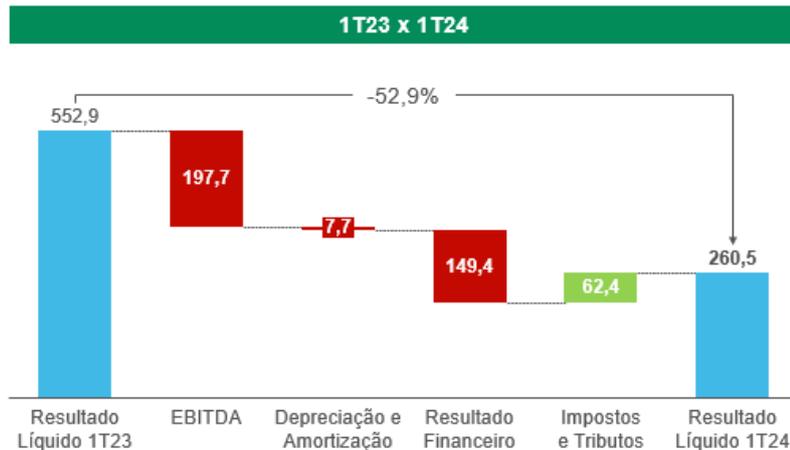
O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 1T24 com uma despesa de R\$ 503,8 milhões, um aumento de R\$ 149,4 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada, principalmente, por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 109,1 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais relacionada à redução da correção dos saltos de ativos financeiros setoriais devido a menor constituição e amortização de CVA ativa, bem como o aumento dos saldos constituídos de passivos setoriais no período;
- Redução de R\$ 85,0 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras decorrente do menor nível de caixa médio no 1T24 versus o mesmo período, além da redução do CDI (11,28% 1T24 vs. 13,65% 1T23);
- Aumento de R\$ 31,7 milhões na rubrica de outras despesas financeiras, devido principalmente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia, com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 99,5 milhões nas rubricas de dívida (Dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, à redução do CDI (11,28% 1T24 vs. 13,65% 1T23) e IPCA (1,42% 1T24 vs. 2,09% 1T23) entre os períodos analisados.

## Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 260,5 milhões no 4T23, o que representa uma redução de 52,9% (R\$ 292,3 milhões) em relação ao 1T23, explicada principalmente pelo menor EBITDA no período associado a uma deterioração no resultado financeiro, conforme explicado anteriormente.

## Endividamento

## INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.430.534	7.928.739	-6,28%	7.026.328	5,75%
(-) Disponibilidades	(237.757)	(1.704.649)	-86,05%	(466.663)	-49,05%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>7.192.777</b>	<b>6.224.090</b>	<b>15,56%</b>	<b>6.559.665</b>	<b>9,65%</b>
<b>EBITDA (2)</b>	<b>4.183.115</b>	<b>4.536.513</b>	<b>-7,79%</b>	<b>4.380.769</b>	<b>-4,51%</b>
Dívida Bruta/EBITDA	1,78	1,75	1,63%	1,60	10,75%
Dívida Líquida/EBITDA	1,72	1,37	25,33%	1,50	14,83%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,71	0,74	-4,31%	0,71	-1,00%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,70	0,69	1,57%	0,70	0,04%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta<sup>4</sup> da Companhia encerrou 1T24 em R\$ 7.430 milhões, uma redução de R\$ 498 milhões em relação ao 1T23. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 924 milhões para financiamento de investimentos, e às (ii) provisões de encargos de R\$ 922 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.280 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de R\$ 64 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se a liquidação da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 698 milhões realizada em setembro de 2023, a liquidação da 3ª série da 7ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 305 milhões realizada em abril de 2023 e a liquidação do BNP Paribas no montante de R\$ 250 milhões realizada em março de 2024.

A Companhia encerrou 1T24 com o custo médio da dívida no período em 12,24% a.a.

#### Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2024, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

#### Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.6 das Demonstrações Contábeis referentes ao 1T24, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2024. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures e empréstimos bancários.

### **INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)**

	<b>1T24</b>
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.430.534
Fundo de Pensão	(1.454.262)
(-) Disponibilidades	(237.757)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>5.738.515</b>
<b>EBITDA (1) (12 meses)</b>	<b>4.183.115</b>
(+)PDD	607.411
(+)Contingências	146.554
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.664
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	11.444
<b>EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão</b>	<b>4.956.188</b>

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

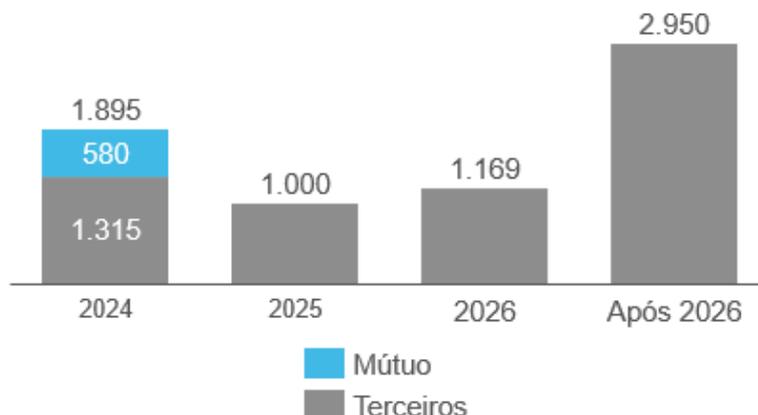
#### **Covenant Financeiro**

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture, BNP, SCOTIA, MUFG	<b>1,16</b>
---	-------------

<sup>4</sup> Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

### Cronograma de Amortização (R\$ milhões)<sup>5</sup>

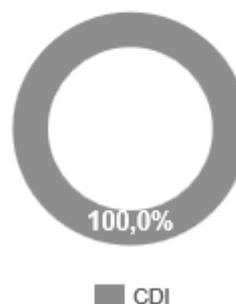
**Cronograma de Amortização (R\$ milhões)<sup>6</sup>**  
Posição Final em mar/24



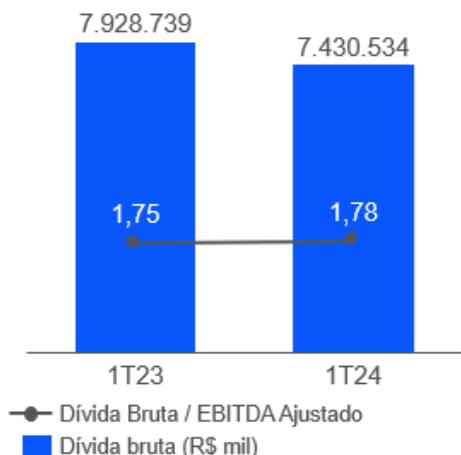
**Abertura da Dívida Bruta - CP e LP<sup>8</sup>**  
Posição Final em mar/24



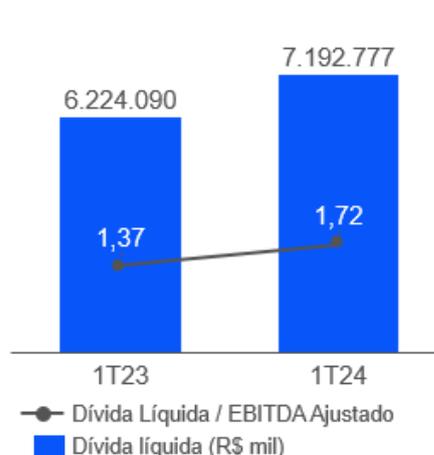
**Abertura Dívida Bruta – Indexadores<sup>7</sup>**  
Posição Final em mar/24



**Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Veze)**  
Evolução 1T24 - 1T23



**Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)**  
Evolução 1T24 - 1T23



<sup>5</sup> Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

<sup>6</sup> Não considera previdência.

<sup>7</sup> Não considera previdência.

## Comentário de Desempenho

Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

**Investimentos****INVESTIMENTOS (R\$ MIL)**

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Manutenção	145.554	267.304	-45,5%	185.631	-21,6%
Crescimento	115.334	79.436	45,2%	131.046	-12,0%
Novas Conexões	105.633	104.648	0,9%	65.930	60,2%
<b>Financiado pela Companhia</b>	<b>366.521</b>	<b>451.388</b>	<b>-18,8%</b>	<b>382.607</b>	<b>-4,2%</b>
Financiado pelo Cliente	6.118	16.392	-62,7%	15.540	-60,6%
<b>Total</b>	<b>372.638</b>	<b>467.780</b>	<b>-20,3%</b>	<b>398.147</b>	<b>-6,4%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A Companhia investiu no 1T24 o total de R\$ 372,6 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

O patamar registrado figura como o segundo maior montante investido durante o primeiro trimestre desde que a Enel assumiu a concessão. Cabe ressaltar que os investimentos realizados no 1T23, que representam a melhor marca de primeiro trimestre, refletem o incremento da base pré-revisão tarifária, ocorrida em julho de 2023.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 145,6 milhões, dos quais R\$ 80,7 milhões direcionados para ocorrências de emergência e, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 115,3 milhões, dos quais R\$ 79,4 milhões foram direcionados para o programa de medidores inteligentes, Smart Meter.

Em 16 de abril de 2024, a Enel São Paulo divulgou um plano de investimentos com ações estruturadas que visam reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. O plano prevê investimentos de cerca de R\$ 6,2 bilhões entre 2024 e 2026 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, elevando o patamar anual de investimento da Enel São Paulo de uma média de R\$ 1,4 bilhão, desde a aquisição da Eletropaulo, para cerca de R\$ 2 bilhões.

**6 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL**

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2024-2026 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos.

**Comentário de Desempenho**

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS - Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do 1º trimestre de 2024, a Enel Distribuição São Paulo acumulou o investimento anual de R\$ 7,2 milhões e beneficiou 61,3 mil pessoas, por meio de 52 iniciativas desenvolvidas pelo programa social Enel Compartilha. Especificamente no primeiro trimestre do ano, destacam-se as seguintes ações realizadas:

**Edital Chamada Pública de Projetos**

A Enel Distribuição São Paulo lançou no final de 2023 a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2023) para financiamento de projetos de eficiência energética. Até o dia 03 de julho de 2024, clientes da concessionária que atendam aos requisitos descritos no edital, poderão inscrever seus projetos de eficiência energética. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 50 milhões, sendo R\$ 15 milhões para iniciativas de Iluminação Pública e R\$ 35 milhões para projetos de outras tipologias.

**Chamada Pública de Projetos - Iluminação Pública – ODS 7**

Em março iniciamos o projeto de eficiência energética no setor de iluminação pública do município de Juquitiba. O projeto tem o objetivo de substituir 2.591 lâmpadas antigas por modelos em LED, proporcionando uma economia estimada de 772 MWh/ano, com previsão de término em setembro de 2024.

**Chamada Pública de Projetos – Prédios Comerciais – ODS 7**

No primeiro trimestre de 2024 iniciamos o projeto da Casa Transitória, que visa a qualificação em Sistemas Fotovoltaicos com um público majoritariamente feminino, que atendeu aos requisitos do PEE ANEEL. Em parceria com o SENAI, vamos disponibilizar os equipamentos para que as alunas possam aprender na prática a montar uma Usina Fotovoltaica, cujo mercado está em expansão e cada vez mais necessitará de profissionais qualificados. A Enel investiu R\$ 225 mil reais na compra do sistema fotovoltaico.

**Indicadores ASG - Enel São Paulo****Indicadores**

	1T24	1T23
Força de trabalho	15.721	15.547
Colaboradores próprios (unit)	3.902	3.986
Colaboradores terceirizados (unit)	12.438	11.613
% de mulheres na Empresa	16,2%	16,9%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	27,5%	26,0%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	2,74	5,58
Taxa de Rotatividade (2)*	2,2%	1,9%
Número de membros no conselho (unit)	8	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	37,5%	33,3%
Beneficiados pelos projetos sociais	61.344	142.379
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	60%	81%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	1	3
Realização de ECoS Ambiental (4)*	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2024: 6 ; (4) Meta 2024: 1

## 7 ASPECTOS REGULATÓRIOS

### Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2023, Resolução Homologatória nº 3.215/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	+2,13%
Energia Comprada	+0,93%
Encargos de Transmissão	+2,31%
Parcela A	+5,37%
Parcela B	-3,47%
Revisão Econômica	+1,90%
CVA Total	-2,71%
Outros Itens Financeiros	-4,16%
Revisão Financeira	-6,87%
Revisão Total	-4,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+2,73%
Efeito para o consumidor	-2,24%

#### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 7,7%, representando 5,37% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 5.173 milhões. Uma elevação de 9,6%, representando 2,13% na revisão econômica em função principalmente do encargo CDE Eletrobrás (2,18%);
- Energia Comprada: R\$ 8.086 milhões. O aumento de 2,5% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa - modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 0,93% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.663 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 22,6%, correspondendo a um efeito de 2,31% no reajuste econômico.

#### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -11,4%, representando uma participação de -3,47% na revisão econômica. Ademais, foi homologado o Fator X de 1,90%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,01%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,60%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,49%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

- i. Complemento negativo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 76.468 (conforme nota explicativa nº 9.1.2 do ITR).
- ii. Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 78.430, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (conforme notas explicativas nº 9.1.2 e 9.1.3 do ITR).
- iii. Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 8.556 (conforme nota explicativa nº 9.1.3 do ITR).

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 1.481.773, dentre os quais destacam-se: R\$ 584.862 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 691.840; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 1.763.409; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da conta de comercialização de Itaipu positivo de R\$ 511.009; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 781.639.

A revisão tarifária média de -2,24% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-6,10%
Baixa Tensão	-0,97%
Efeito Médio	-2,24%

### Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a março de 2024, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

**ANEXO 1****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)**

	<b>1T24</b>	1T23	Var. %
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>7.595.538</b>	<b>7.489.067</b>	<b>1,4%</b>
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	4.356.262	4.528.036	-3,8%
CVA	223.676	97.514	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	782.725	652.115	20,0%
Receita de Construção	354.125	353.632	0,1%
Outras Receitas	1.878.750	1.857.770	1,1%
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(2.757.658)</b>	<b>(2.606.174)</b>	<b>5,8%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.837.880</b>	<b>4.882.893</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(2.744.393)</b>	<b>(2.559.913)</b>	<b>7,2%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.907.937)	(1.818.577)	4,9%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(836.456)	(741.336)	12,8%
<b>Custo/Despesa Operacional</b>	<b>(1.167.291)</b>	<b>(1.191.458)</b>	<b>-2,0%</b>
Pessoal	(150.352)	(150.450)	-0,1%
Material e Serviços de terceiros	(244.881)	(243.746)	0,5%
Depreciação e amortização	(233.656)	(225.984)	3,4%
Provisões	(106.038)	(137.109)	-22,7%
Custo de construção	(354.125)	(353.632)	0,1%
Outros	(37.585)	(13.873)	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(40.654)	(66.664)	-39,0%
<b>EBITDA</b>	<b>1.159.852</b>	<b>1.357.506</b>	<b>-14,6%</b>
<b>EBIT</b>	<b>926.196</b>	<b>1.131.522</b>	<b>-18,1%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(503.839)</b>	<b>(354.453)</b>	<b>42,1%</b>
Receita Financeira	201.110	231.210	-13,0%
Despesa Financeira	(704.827)	(585.593)	20,4%
Variações Cambiais	(122)	(70)	74,3%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>422.357</b>	<b>777.069</b>	<b>-45,6%</b>
<b>IR/CS</b>	<b>(161.840)</b>	<b>(224.217)</b>	<b>-27,8%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>260.517</b>	<b>552.852</b>	<b>-52,9%</b>

## Notas Explicativas

# Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 31 de março de 2024

Com relatório dos auditores independentes

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2024	31.12.2023
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	231.686	460.692
Títulos e valores mobiliários	5	6.071	5.971
Consumidores, revendedores e outros	6	3.684.571	3.577.771
Contas a receber - acordos	6	519.995	471.335
Créditos a receber - subvenção e outros		100.539	99.770
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	134.338	11.877
Outros tributos compensáveis	7	1.164.063	1.630.569
Despesas pagas antecipadamente		72.018	53.267
Almoxarifado		27.308	29.075
Serviços em curso		366.290	378.410
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	135
Outros créditos		388.075	403.513
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.694.954</b>	<b>7.122.385</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Consumidores, revendedores e outros	6	16.248	27.175
Contas a receber - acordos	6	18.139	21.641
Outros tributos compensáveis	7	2.493.280	2.212.117
Depósitos vinculados		710.349	693.705
Instrumentos financeiros derivativos	24	428.311	442.278
Tributos diferidos	22	4.143.373	4.303.682
Outros créditos		56.917	56.172
Investimento		38.363	37.018
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	9.1.1	1.559.157	1.352.551
Ativo financeiro da concessão	9.1.2	8.509.581	8.317.479
Imobilizado	10	182.051	195.297
Intangível	9.1.3	3.702.110	3.849.405
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>21.857.879</b>	<b>21.508.520</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>28.552.833</b>	<b>28.630.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2024	31.12.2023
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	11	2.489.679	2.684.098
Empréstimos e financiamentos	12	1.512.313	1.117.790
Debêntures	13	469.011	398.558
Obrigações por arrendamentos		51.671	51.894
Subvenções governamentais		4	59
Outros tributos a pagar		509.874	506.176
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	100.638	160.138
Salários, provisões e encargos sociais		133.996	113.802
Encargos setoriais		529.356	541.388
Obrigações com benefícios pós-emprego	14	6.577	6.741
Contas a pagar - acordo Eletrobras		67.568	66.282
Provisões para processos judiciais e outros riscos	15	162.035	187.286
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	24	182.429	238.873
Outras obrigações		687.397	714.503
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	732.757	997.292
Passivo financeiro setorial	8	1.152.519	872.417
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.795.166</b>	<b>8.664.639</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	12	1.789.800	1.757.085
Debêntures	13	3.742.367	3.753.738
Obrigações por arrendamentos		138.155	150.086
Encargos setoriais		104.404	98.703
Obrigações com benefícios pós-emprego	14	6.194.328	6.629.343
Provisões para processos judiciais e outros riscos	15	1.002.335	945.089
Reserva de reversão		12.849	14.685
Instrumentos financeiros derivativos	24	162.925	202.697
Outras obrigações		110.892	106.165
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	2.848.530	2.983.143
Passivo financeiro setorial	8	560.079	502.616
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>16.666.664</b>	<b>17.143.350</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	17	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	17	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	17	(4.542.912)	(4.762.527)
Reserva legal	17	196.766	196.766
Reserva para reforço de capital de giro		2.040.722	2.040.722
Lucros acumulados		48.472	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.091.003</b>	<b>2.822.916</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>28.552.833</b>	<b>28.630.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Receita líquida	<b>19</b>	4.837.880	4.882.893
Custo do serviço	<b>20</b>	(3.613.351)	(3.449.567)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.224.529</b>	<b>1.433.326</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>			
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<b>20</b>	(144.518)	(166.850)
Despesas gerais e administrativas	<b>20</b>	(175.097)	(172.605)
Outras receitas operacionais	<b>20</b>	21.282	37.651
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(298.333)</b>	<b>(301.804)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>926.196</b>	<b>1.131.522</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	<b>21</b>	201.110	231.210
Despesas financeiras	<b>21</b>	(704.827)	(585.594)
Variações cambiais, líquidas	<b>21</b>	(122)	(70)
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(503.839)</b>	<b>(354.454)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>422.357</b>	<b>777.068</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Contribuição social	<b>22</b>	-	(1.614)
Imposto de renda	<b>22</b>	-	(4.264)
Contribuição social diferida	<b>22</b>	(42.840)	(57.796)
Imposto de renda diferido	<b>22</b>	(119.000)	(160.543)
<b>Total dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(161.840)</b>	<b>(224.217)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>260.517</b>	<b>552.851</b>
<b>Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária</b>	<b>18</b>	<b>1,31929</b>	<b>2,79971</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>260.517</b>	<b>552.851</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>			
<b>- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>			
Valor justo de hedge de fluxo de caixa		11.470	(18.574)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	22	(3.900)	6.315
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos</b>		<b>268.087</b>	<b>540.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de capital		Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital		Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.079.525</b>	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	<b>(4.229.736)</b>	<b>196.766</b>	<b>1.078.804</b>	<b>-</b>	<b>2.393.789</b>
<u>Resultado abrangente total:</u>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	552.851	<b>552.851</b>
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(18.574)	-	-	-	<b>(18.574)</b>
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	6.315	-	-	-	<b>6.315</b>
<u>Transações com os acionistas</u>								
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(120.000)	<b>(120.000)</b>
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(23.707)	-	-	23.707	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	8.060	-	-	(8.060)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>3.079.525</b>	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	<b>(4.257.642)</b>	<b>196.766</b>	<b>1.078.804</b>	<b>448.498</b>	<b>2.814.381</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.079.525</b>	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	<b>(4.762.527)</b>	<b>196.766</b>	<b>2.040.722</b>	<b>-</b>	<b>2.822.916</b>
<u>Resultado abrangente total:</u>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	260.517	<b>260.517</b>
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	345.000	-	-	(345.000)	-
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(117.300)	-	-	117.300	-
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	11.470	-	-	-	<b>11.470</b>
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	26	-	-	(3.900)	-	-	-	<b>(3.900)</b>
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(23.720)	-	-	23.720	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	8.065	-	-	(8.065)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>3.079.525</b>	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	<b>(4.542.912)</b>	<b>196.766</b>	<b>2.040.722</b>	<b>48.472</b>	<b>3.091.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



## Notas Explicativas

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do período	260.517	552.851
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	233.656	237.141
Variações monetárias	24.596	(29.504)
Variações cambiais - empréstimos	77.881	(43.340)
Variações cambiais - instrumentos financeiros derivativos	(77.887)	43.353
Atualização do ativo financeiro da concessão	(129.171)	(173.849)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	75.236	120.762
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	69.282	46.088
Provisões para processos judiciais e outros riscos	32.540	202.299
Atualização Acordo Eletrobras	1.286	14.482
Encargos de dívidas	161.813	197.507
Juros sobre obrigações de arrendamento	6.454	6.977
Juros sobre operação com instrumento derivativo	98.354	127.614
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	80.200	(16.165)
Ajuste a valor de mercado empréstimos e debêntures	(86.849)	46.516
Benefícios pós-emprego	153.623	154.832
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	2.628	16.688
Tributos e contribuições sociais diferidos	161.840	218.340
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores, revendedores e outros	(209.046)	(294.841)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	13.076	(142.183)
Outros tributos compensáveis	185.343	395.059
Almoxarifado	1.767	5.400
Serviços em curso	12.120	(11.016)
Contas a receber - acordos	(69.126)	(82.075)
Despesas pagas antecipadamente	(18.751)	(38.366)
Outros créditos	10.296	(13.798)
Créditos a receber - subvenção e outros	(769)	(16.263)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(188.480)	(53.556)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(238.928)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(399.148)	(322.256)
Outros tributos a pagar	3.698	143.351
Obrigações sociais e trabalhistas	20.194	11.810
Encargos setoriais	(9.917)	23.569
Passivo financeiro setorial	337.565	315.258
Outras obrigações	(24.215)	31.838
	<b>810.606</b>	<b>1.435.595</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(24.007)	(72.623)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(6.603)	(6.977)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(87.001)	(100.482)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(124.075)	-
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(588.802)	(272.037)
Pagamento de processos judiciais e outros	(59.497)	(393.570)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(79.379)</b>	<b>589.906</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(371.984)	(384.361)
Consumidores participação financeira	7.957	27.879
Aplicações em investimento de curto prazo	(100)	(2.778)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(37.419)	154.220
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(2.974)	(7.236)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(404.520)</b>	<b>(212.276)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	580.121	-
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(222.697)	(3.688)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	(31.026)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(12.005)	(16.450)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(59.500)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>254.893</b>	<b>(20.138)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(229.006)</b>	<b>357.492</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	460.692	1.338.169
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	231.686	1.695.661
	<b>(229.006)</b>	<b>357.492</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>1. Receitas</b>	<b>7.451.019</b>	<b>7.322.217</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>7.595.537</b>	<b>7.489.067</b>
Fornecimento de energia elétrica	4.506.181	4.659.886
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	2.136.754	2.008.277
Outras receitas	598.477	467.272
Receita relativa à construção de ativos próprios	354.125	353.632
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(144.518)	(166.850)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.608.753)</b>	<b>(3.420.889)</b>
Materiais	(154.560)	(132.568)
Outros custos operacionais	(30.955)	(51.533)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.000.638)	(2.804.153)
Serviços de terceiros	(422.600)	(432.635)
<b>3. Valor adicionado bruto</b>	<b>3.842.266</b>	<b>3.901.328</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(245.118)</b>	<b>(237.143)</b>
Depreciação e amortização	(245.118)	(237.143)
<b>5. Valos adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>3.597.148</b>	<b>3.664.185</b>
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>201.110</b>	<b>204.151</b>
Receitas financeiras	201.110	204.151
<b>7. Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.798.258</b>	<b>3.868.336</b>
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>3.798.258</b>	<b>3.868.336</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>153.956</b>	<b>154.721</b>
Salários e encargos	94.254	103.743
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	6.795	3.546
Benefícios	45.352	38.357
FGTS	7.555	9.075
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>2.673.127</b>	<b>2.603.877</b>
<b>Federais</b>	<b>460.054</b>	<b>552.400</b>
Imposto de renda e contribuição social	161.840	224.217
COFINS	225.895	244.483
PIS	49.060	52.958
INSS	14.329	21.105
Encargos sociais - Outros	8.930	9.637
<b>Estaduais</b>	<b>1.102.335</b>	<b>1.063.382</b>
ICMS	1.099.560	1.060.900
Outros - Estaduais	2.775	2.482
<b>Municipais</b>	<b>5.117</b>	<b>4.471</b>
ISS	82	81
IPTU	5.112	4.390
Outros - Municipais	(77)	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>1.105.621</b>	<b>983.624</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.051.293	885.137
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	43.768	43.265
Encargos do consumidor - PROINFA	4.475	47.369
Encargos do consumidor - CCRBT	(170)	(35)
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.255	7.888
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>710.658</b>	<b>556.887</b>
Juros	704.949	558.575
Aluguéis	5.709	(1.688)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>260.517</b>	<b>552.851</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(15.655)	(15.647)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	120.000
Lucros retidos	276.172	448.498

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 1. Contexto Operacional

---

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023 (vide nota explicativa nº 3.1).

##### 1.1 Eventos climáticos

No dia 3 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas diversas unidades consumidoras foram afetadas. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atendimento das ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram diversos chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de postes, substituição de condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores.

##### Plano de Melhoria

Em abril de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela companhia, são: Aumento de pessoal próprio; investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência; podas de árvores.

Por fim, ressalta-se que a Companhia tem cumprido com suas obrigações regulatórias e contratuais, atendendo aos limites de continuidade do serviço (DEC e FEC) estabelecidos pela ANEEL.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### Penalidades e ações judiciais

Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 02/2024 determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco possível de perda – vide nota explicativa nº 15.2 (b2). Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o período findo em 31 de março de 2024 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As diversas ações decorridas de tais eventos climáticos foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 15.2.

#### **1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.168, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, onde durante o ciclo tarifário 2023 foi amortizado 9/12 avos, restando um saldo de R\$ 2.041 na posição de 31 de março de 2024, a ser amortizado nos próximos 3 meses.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos está sendo feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023, sendo portanto, pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 1.2 Panorama das renovações de concessões no Brasil

O vencimento da concessão da Companhia está previsto para junho de 2028. A Companhia aguarda a publicação de um Decreto Presidencial para as diretrizes das renovações das concessões e, em seguida, a abertura de consulta pública pela Aneel para definição do novo contrato de concessão ainda em 2024.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

---

### 2.1 Base de preparação

#### 2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 27 de fevereiro de 2024 (últimas demonstrações financeiras anuais). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde as suas últimas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2024.

#### 2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### 2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

#### 2.2 Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 31 de março de 2024, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2024:

##### 2.2.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS7 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024

##### 2.2.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

### 3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

#### 3.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho de 2023, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.215/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%, sendo -6,10% e -0,97% para alta e baixa tensão.

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 1.481.773, dentre os quais destacam-se: R\$ 584.862 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 691.840; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 1.763.409; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da conta de comercialização de Itaipu positivo de R\$ 511.009; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 781.639.

#### 3.2. Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, estas estarão vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira tarifária vigente é a verde, e desde 16 de abril de 2022, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Numerário disponível		33.349	110.819
Numerário em trânsito	4.1	167.592	183.697
CDB-DI		30.745	166.176
<b>Total</b>		<b>231.686</b>	<b>460.692</b>

**4.1** O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de março de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 99,09% e 95,60% do CDI, respectivamente (100,57% e 80,06% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

## 5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.03.2024	31.12.2023
CDB-DI	6.071	5.971
<b>Total</b>	<b>6.071</b>	<b>5.971</b>

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,19% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2024 (0,45% em 31 de dezembro de 2023).

Estes fundos de Investimento não exclusivo são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no trimestre findo em 31 de março de 2024, em média, a 100,59% do CDI (96,24% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

### 6.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.03.2024
	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>Circulante</b>									
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>									
Residencial	645.789	481.453	79.089	176.249	301.842	1.462.290	3.146.712	(1.552.260)	1.594.452
Industrial	50.949	18.813	2.591	9.836	14.214	58.380	154.783	(116.041)	38.742
Comercial	308.801	74.719	7.068	13.655	31.249	133.668	569.160	(128.502)	440.658
Rural	318	85	4	35	32	278	752	(274)	478
Poderes Públicos	60.474	14.448	3.026	5.818	2.619	4.107	90.492	(4.911)	85.581
Iluminação pública	1.782	4.050	518	322	984	7.706	15.362	(687)	14.675
Serviço público	29.919	499	105	51	63	499	31.136	(339)	30.797
Serviço cobráveis	1.571	670	129	266	9	7	2.652	(266)	2.386
Encargos de uso da rede	870	-	-	-	-	113	983	-	983
Receita não faturada	1.452.515	-	-	-	-	-	1.452.515	(19.862)	1.432.653
Particip. Financeira - Consumidor	12.937	1.402	42	179	266	204	15.030	-	15.030
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>									
Ressarcimento - leilões de energia	28.136	-	-	-	-	-	28.136	-	28.136
<b>Total - Circulante</b>	<b>2.594.061</b>	<b>596.139</b>	<b>92.572</b>	<b>206.411</b>	<b>351.278</b>	<b>1.667.252</b>	<b>5.507.713</b>	<b>(1.823.142)</b>	<b>3.684.571</b>
<b>Não Circulante</b>									
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	16.358	16.358	(110)	16.248
<b>Total - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.358</b>	<b>16.358</b>	<b>(110)</b>	<b>16.248</b>
<b>Total - circulante + não circulante</b>	<b>2.594.061</b>	<b>596.139</b>	<b>92.572</b>	<b>206.411</b>	<b>351.278</b>	<b>1.683.610</b>	<b>5.524.071</b>	<b>(1.823.252)</b>	<b>3.700.819</b>

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2023
	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>Circulante</b>									
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>									
Residencial	577.485	446.794	79.853	181.114	307.914	1.401.898	2.995.058	(1.508.890)	1.486.168
Industrial	55.049	27.069	1.412	12.069	8.076	63.306	166.981	(101.495)	65.486
Comercial	315.615	66.411	7.225	17.948	35.083	122.188	564.470	(123.867)	440.603
Rural	316	108	7	20	40	258	749	(257)	492
Poderes Públicos	56.596	17.410	1.143	1.643	3.385	3.036	83.213	(3.656)	79.557
Iluminação pública	3.226	3.803	248	910	1.591	6.652	16.430	(668)	15.762
Serviço público	26.336	-	175	40	49	57	26.657	(263)	26.394
Serviço cobráveis	1.533	501	162	277	8	6	2.487	(280)	2.207
Encargos de uso da rede	226	-	-	-	-	113	339	-	339
Receita não faturada	1.449.501	-	-	-	-	-	1.449.501	(17.675)	1.431.826
Particip. Financeira - Consumidor	39	259	-	36	263	204	801	-	801
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>									
Ressarcimento - leilões de energia	28.136	-	-	-	-	-	28.136	-	28.136
<b>Total - Circulante</b>	<b>2.514.058</b>	<b>562.355</b>	<b>90.225</b>	<b>214.057</b>	<b>356.409</b>	<b>1.597.718</b>	<b>5.334.822</b>	<b>(1.757.051)</b>	<b>3.577.771</b>
<b>Não Circulante</b>									
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	27.360	27.360	(185)	27.175
<b>Total - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.360</b>	<b>27.360</b>	<b>(185)</b>	<b>27.175</b>
<b>Total - circulante + não circulante</b>	<b>2.514.058</b>	<b>562.355</b>	<b>90.225</b>	<b>214.057</b>	<b>356.409</b>	<b>1.625.078</b>	<b>5.362.182</b>	<b>(1.757.236)</b>	<b>3.604.946</b>

### 6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>			
Consumidores		1.027.978	977.392
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(507.983)	(506.057)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>519.995</b>	<b>471.335</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores		27.245	30.700
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(9.106)	(9.059)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>18.139</b>	<b>21.641</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>		<b>538.134</b>	<b>492.976</b>

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.03.2024
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	352.515	66.054	636.654	1.055.223
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(25.593)	(13.506)	(477.990)	(517.089)
<b>Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>326.922</b>	<b>52.548</b>	<b>158.664</b>	<b>538.134</b>

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.03.2023
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	316.648	95.681	605.159	1.017.488
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(18.194)	(22.547)	(462.121)	(502.862)
<b>Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>298.454</b>	<b>73.134</b>	<b>143.038</b>	<b>514.626</b>

### 6.3 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2023	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2024
Consumidores	6.1	(1.757.236)	(113.832)	47.816	(1.823.252)
Contas a receber - acordos	6.2	(515.116)	(23.968)	21.995	(517.089)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(17.173)	(7.348)	127	(24.394)
Outros créditos		(14.859)	(29)	-	(14.888)
<b>Total</b>		<b>(2.304.384)</b>	<b>(145.177)</b>	<b>69.938</b>	<b>(2.379.623)</b>
Circulante		(2.295.141)			(2.370.405)
Não circulante		(9.243)			(9.218)
<b>Total</b>		<b>(2.304.384)</b>			<b>(2.379.623)</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2022	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2023
Consumidores	6.1	(1.412.047)	(126.409)	37.263	(1.501.193)
Contas a receber - acordos	6.2	(473.579)	(39.206)	9.923	(502.862)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(27.440)	6.967	116	(20.357)
Outros créditos		(6.436)	(8.446)	-	(14.882)
<b>Total</b>		<b>(1.919.502)</b>	<b>(167.094)</b>	<b>47.302</b>	<b>(2.039.294)</b>
Circulante		(1.912.934)			(2.031.730)
Não circulante		(6.568)			(7.564)
<b>Total</b>		<b>(1.919.502)</b>			<b>(2.039.294)</b>

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2024	31.03.2023
Provisão	(145.177)	(167.094)
Receita com recuperação de perdas	659	244
	<b>(144.518)</b>	<b>(166.850)</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 7. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de março de 2024, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>		
<b><u>Circulante</u></b>		
Contribuição social	15.089	4.342
Imposto de renda	29.697	8.218
Imposto de renda retido na fonte	89.552	84.099
<b>Total</b>	<b>134.338</b>	<b>96.659</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
<b><u>Circulante</u></b>		
Contribuição social	-	(22.885)
Imposto de renda	-	(61.897)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(84.782)</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos</b>	<b>134.338</b>	<b>11.877</b>

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	964.365	1.428.385
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	146.703	144.154
ICMS - Compra de créditos	1.792	9.399
COFINS	40.984	38.881
PIS	10.083	9.613
INSS	136	137
<b>Total</b>	<b>1.164.063</b>	<b>1.630.569</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	2.420.038	2.137.829
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	73.242	74.288
<b>Total</b>	<b>2.493.280</b>	<b>2.212.117</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>	<b>3.657.343</b>	<b>3.842.686</b>

(a) Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 16).

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Nota	Saldos em 31.12.2023	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Saldos em 31.03.2024	Valores em constituição	Valores em amortização	Passivo	
									Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Ativos e passivos financeiros setoriais</b>										
<b>CVA Ativa e Passiva</b>										
	<b>(479.537)</b>	<b>(85.801)</b>	<b>150.518</b>	<b>(11.876)</b>	<b>(8.569)</b>	<b>(435.265)</b>	<b>(297.857)</b>	<b>(137.408)</b>	<b>(367.904)</b>	<b>(67.361)</b>
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(44.169)	(82.655)	-	-	(873)	(127.697)	(127.697)	-	(95.774)	(31.923)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	(24.169)	(7.920)	12.140	-	(691)	(20.640)	(8.845)	(11.795)	(18.430)	(2.210)
Transporte de energia pela rede básica	171.685	13.171	(52.580)	-	4.079	136.355	85.848	50.507	114.893	21.462
Transporte de energia elétrica - Itaipu	76.129	26.216	(7.600)	-	1.929	96.674	89.602	7.072	74.274	22.400
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.216)	64.364	495	-	405	47.048	47.469	(421)	35.177	11.871
Custos de Aquisição de Energia	(641.341)	(149.650)	137.602	113	(13.797)	(667.073)	(540.453)	(126.620)	(539.058)	(128.015)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	544	50.673	60.461	(11.989)	379	100.068	156.219	(56.151)	61.014	39.054
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>										
	<b>(895.496)</b>	<b>(446.776)</b>	<b>147.308</b>	<b>(9.972)</b>	<b>(72.397)</b>	<b>(1.277.333)</b>	<b>(862.249)</b>	<b>(415.084)</b>	<b>(784.615)</b>	<b>(492.718)</b>
Neutralidade da Parcela A	(57.984)	(64.689)	15.272	-	(2.747)	(110.148)	(94.876)	(15.272)	(86.430)	(23.718)
Sobrecontratação de energia	264.593	(137.660)	(41.832)	(10.982)	1.084	75.203	33.371	41.832	66.860	8.343
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(387.114)	(27.766)	21.606	-	(2.695)	(395.969)	(115.085)	(280.884)	(86.425)	(309.544)
Risco hidrológico	(748.535)	(203.596)	172.960	-	(12.850)	(792.021)	(619.061)	(172.960)	(637.255)	(154.766)
Outros	33.544	(13.065)	(20.698)	1.010	(55.189)	(54.398)	(66.598)	12.200	(41.365)	(13.033)
<b>Total</b>	<b>(1.375.033)</b>	<b>(532.577)</b>	<b>297.826</b>	<b>(21.848)</b>	<b>(80.966)</b>	<b>(1.712.598)</b>	<b>(1.160.106)</b>	<b>(552.492)</b>	<b>(1.152.519)</b>	<b>(560.079)</b>

**8.1 – Aquisição de energia - (CVA Energia):** a variação do diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoeletricas, e redução da taxa média de câmbio de energia Itaipu, de R\$ 5,17 no primeiro trimestre de 2023 em comparação a R\$ 4,96 no primeiro trimestre de 2024;

**8.2 - CDE:** A variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram maiores em comparação ao ciclo anterior bem como também maior que a cobertura tarifária, conforme resoluções nº 3.305 de 14 de novembro de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2024 para CDE-USO.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8.3 – Sobrecontratação de Energia:** a variação está relacionada ao aumento da quantidade comprada no mercado de curto prazo, sendo 414 Mwh<sup>(\*)</sup> ( PLD médio 69,04 x cobertura tarifária de R\$ 231,49) no primeiro trimestre de 2023, em comparação a 509 Mwh<sup>(\*)</sup> (PLD médio R\$ 61,09 x cobertura tarifária R\$ 238,14) no primeiro trimestre de 2024;

**8.4 – Outros Itens Financeiros –** a variação está relacionada a constituição da CDE Eletrobras conforme Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022 e Decreto 10.665 Itaipu conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022, o saldo foi 100% amortizado após a data do reajuste tarifário 2023, e não houve mais constituições no primeiro trimestre de 2024.

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

Nota	Saldos em 31.12.2022	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Saldos em 31.03.2023	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativos e passivos financeiros setoriais</b>												
<b>CVA Ativa e Passiva</b>	<b>526.448</b>	<b>(175.838)</b>	<b>(434.835)</b>	<b>392</b>	<b>7.547</b>	<b>(76.286)</b>	<b>(676.931)</b>	<b>600.645</b>	<b>861.686</b>	<b>145.362</b>	<b>(816.019)</b>	<b>(267.315)</b>
Energia Itaipu - custo/variação cambial	417.439	(77.152)	-	-	12.669	352.956	352.956	-	264.716	88.240	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	54.904	(21.915)	(27.442)	-	849	6.396	(20.802)	27.198	27.198	-	(15.604)	(5.198)
Transporte de energia pela rede básica	184.265	43.522	(30.945)	-	5.639	202.481	172.923	29.558	159.250	43.231	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	34.414	5.698	(8.045)	-	1.017	33.084	25.126	7.958	26.802	6.282	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	248.259	(43.217)	(90.855)	-	6.186	120.373	30.441	89.932	112.764	7.609	-	-
Custos de Aquisição de Energia	(416.452)	(131.445)	(172.812)	392	(16.855)	(737.172)	(1.080.814)	343.642	168.599	-	(682.845)	(222.926)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	3.619	48.671	(104.736)	-	(1.958)	(54.404)	(156.761)	102.357	102.357	-	(117.570)	(39.191)
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>	<b>(1.082.376)</b>	<b>135.953</b>	<b>153.846</b>	<b>(24.029)</b>	<b>21.705</b>	<b>(794.901)</b>	<b>(1.480.573)</b>	<b>685.672</b>	<b>1.026.377</b>	<b>315.749</b>	<b>(1.667.078)</b>	<b>(469.949)</b>
Neutralidade da Parcela A	2.112	(40.522)	(3.969)	-	(562)	(42.941)	(42.140)	(801)	4.097	-	(35.279)	(11.759)
Sobrecontratação de energia	293.667	16.813	1.019	(21.826)	5.249	294.922	295.973	(1.051)	221.981	73.993	(1.052)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(36.425)	-	18.212	-	-	(18.213)	-	(18.213)	-	-	(18.213)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(318.728)	(20.829)	-	-	(10.801)	(350.358)	(350.358)	-	-	-	(262.769)	(87.589)
Risco hidrológico	(767.054)	(165.134)	213.372	-	(7.665)	(726.481)	(394.929)	(331.552)	-	-	(598.493)	(127.988)
Antecipação da parcela B	152.168	-	(76.084)	-	-	76.084	-	76.084	76.084	-	-	-
Bandeira escassez hídrica	273.980	134.519	-	-	6.540	415.039	415.039	-	415.039	-	-	-
Outros	(682.096)	211.106	1.296	(2.203)	28.944	(442.953)	(1.404.158)	961.205	309.176	241.756	(751.272)	(242.613)
<b>Total</b>	<b>(555.928)</b>	<b>(39.885)</b>	<b>(280.989)</b>	<b>(23.637)</b>	<b>29.252</b>	<b>(871.187)</b>	<b>(2.157.504)</b>	<b>1.286.317</b>	<b>1.888.063</b>	<b>461.111</b>	<b>(2.483.097)</b>	<b>(737.264)</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Contratos de concessão

##### 9.1 Contrato de concessão público – privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a última realizada em 4 de julho de 2023, vide nota explicativa 3.1.

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Ativo contratual	9.1.1	1.559.157	1.352.551
Ativo financeiro da concessão	9.1.2	8.509.581	8.317.479
Ativo intangível da concessão	9.1.3	3.702.110	3.849.405
<b>Total dos contratos de concessão público - privado</b>		<b>13.770.848</b>	<b>13.519.435</b>

##### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

##### 9.1.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 1,05% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2024 (0,92% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2023), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.463.594</b>	<b>(29.015)</b>	<b>1.434.579</b>
Adições		381.511	(27.879)	353.632
Transferências para intangível da concessão	9.1.3	(491.790)	43.663	(448.127)
Transferências para o ativo financeiro	9.1.1	(312.212)	(15.529)	(327.741)
Transferências para o imobilizado não vinculado	10	(20.094)	-	(20.094)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>		<b>1.021.009</b>	<b>(28.760)</b>	<b>992.249</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.379.455</b>	<b>(26.904)</b>	<b>1.352.551</b>
Adições		361.427	(7.957)	353.470
Capitalização de juros de empréstimos	20	655	-	655
Transferências para intangível da concessão	9.1.3	(81.565)	(1.074)	(82.639)
Transferências para o ativo financeiro	9.1.2	(59.953)	(4.927)	(64.880)
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>		<b>1.600.019</b>	<b>(40.862)</b>	<b>1.559.157</b>

**9.1.2 Ativo financeiro da concessão**

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 31 de março de 2024 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.03.2024	31.03.2023
<b>Saldo inicial</b>		<b>8.317.479</b>	<b>7.426.895</b>
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	9.1.1	64.880	327.741
Baixas	20	(1.949)	(11.887)
Atualização do ativo financeiro da concessão	19	129.171	173.849
<b>Saldo final</b>		<b>8.509.581</b>	<b>7.916.598</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o trimestre findo em 31 de março de 2024.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9.1.3 Intangível da concessão**

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<b>Ativo intangível da concessão</b>	<b>31.03.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativo intangível - custo	9.565.545	9.486.559
Amortização acumulada	(5.863.435)	(5.637.154)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>3.702.110</b>	<b>3.849.405</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	<b>Nota</b>	<b>Intangível</b>	<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>Ativo intangível - custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Total do ativo intangível da concessão</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>9.975.932</b>	<b>(1.043.218)</b>	<b>8.932.714</b>	<b>(5.095.675)</b>	<b>3.837.039</b>
Adições		3.123	-	3.123	(235.625)	(232.502)
Baixas		(16.431)	-	(16.431)	11.630	(4.801)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	18.926	18.926
Transferências do ativo contratual	9.1.1	491.790	(43.663)	448.127	-	448.127
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>		<b>10.454.414</b>	<b>(1.086.881)</b>	<b>9.367.533</b>	<b>(5.300.744)</b>	<b>4.066.789</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>10.589.895</b>	<b>(1.103.336)</b>	<b>9.486.559</b>	<b>(5.637.154)</b>	<b>3.849.405</b>
Adições		3.963	-	3.963	(253.283)	(249.320)
Baixas		(7.616)	-	(7.616)	5.592	(2.024)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	21.410	21.410
Transferências do ativo contratual	9.1.1	81.565	1.074	82.639	-	82.639
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>		<b>10.667.807</b>	<b>(1.102.262)</b>	<b>9.565.545</b>	<b>(5.863.435)</b>	<b>3.702.110</b>

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>%</b>
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Imobilizado**

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Depreciação	31.03.2024
<b>Imobilizado em serviço</b>			
Maquinas e equipamentos	20.094	-	20.094
<b>Subtotal</b>	<b>20.094</b>	<b>-</b>	<b>20.094</b>
<b>Depreciação acumulada</b>			
Maquinas e equipamentos	(1.256)	(314)	(1.570)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.256)</b>	<b>(314)</b>	<b>(1.570)</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>18.838</b>	<b>(314)</b>	<b>18.524</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>			
Imóveis	80.038	(4.535)	75.503
Veículos e outros meios de transporte	96.421	(8.397)	88.024
<b>Subtotal</b>	<b>176.459</b>	<b>(12.932)</b>	<b>163.527</b>
<b>Total</b>	<b>195.297</b>	<b>(13.246)</b>	<b>182.051</b>
	31.12.2022	Depreciação	31.03.2023
<b>Ativo de direito de uso</b>			
Terrenos	1.213	(344)	869
Imóveis	83.021	(4.712)	78.309
Veículos e outros meios de transporte	139.253	(15.072)	124.181
<b>Total</b>	<b>223.487</b>	<b>(20.128)</b>	<b>203.359</b>

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Maquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,08
Imóveis	1,67
Veículos e outros meios de transporte	2,42

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores – vide nota explicativa nº 24.1.1.

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>			
Itaipu		155.689	177.947
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		84.028	79.539
Suprimento de energia elétrica		788.638	863.267
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	23	8.658	4.539
Energia livre		84.273	84.385
Encargos de uso de rede elétrica		316.199	338.035
<b>Total energia</b>		<b>1.437.485</b>	<b>1.547.712</b>
Materiais e serviços		688.269	812.885
Materiais e serviços - partes relacionadas	23	363.925	323.501
<b>Total - fornecedores</b>		<b>2.489.679</b>	<b>2.684.098</b>

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2024, o montante destas operações é de R\$ 67.593 (R\$ 90.102 em 31 de dezembro de 2023).

## 12. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado – vide nota explicativa nº 24.1.1.

## 12.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.03.2024								
			Circulante				Não Circulante				Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Moeda nacional</b>											
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP + 5,00% a.a.	3	1.238	-	1.241	-	-	-	1.241
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	8,41% a.a.	6.300	288.785	-	295.085	-	-	-	295.085
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>											
Enel BR V	a.1	2024	CDI + 1,30% a.a.	5.654	202.278	-	207.932	-	-	-	207.932
Enel BR VI	a.2	2024	CDI + 1,30% a.a.	784	30.226	-	31.010	-	-	-	31.010
Enel BR VII	a.3	2024	CDI + 0,99% a.a.	405	25.189	-	25.594	-	-	-	25.594
Enel BR VIII	a.4	2024	CDI + 0,99% a.a.	3.082	216.631	-	219.713	-	-	-	219.713
Enel BR IX	a.5	2024	CDI + 0,99% a.a.	623	105.797	-	106.420	-	-	-	106.420
<b>Total - Moeda nacional</b>				<b>16.851</b>	<b>870.144</b>	<b>-</b>	<b>886.995</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>886.995</b>
<b>Moeda estrangeira</b>											
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	3.750	416.930	-	420.680	-	-	-	420.680
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	1.700	-	-	1.700	196.602	-	196.602	198.302
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	663	-	-	663	277.620	-	277.620	278.283
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	222	192.814	-	193.036	-	-	-	193.036
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	505	-	-	505	384.247	-	384.247	384.752
European Investment Bank I	b.9	2037	USD + 3,76% a.a.	393	-	-	393	120.081	-	120.081	120.474
European Investment Bank II	b.10	2037	USD + 3,61% a.a.	1.508	-	-	1.508	475.593	(387)	475.206	476.714
European Investment Bank III	a.1	2038	USD + 4,51% a.a.	1.398	-	-	1.398	67.663	-	67.663	69.061
European Investment Bank IV	a.2	2038	USD + 4,38% a.a.	5.435	-	-	5.435	268.381	-	268.381	273.816
<b>Total - Moeda estrangeira</b>				<b>15.574</b>	<b>609.744</b>	<b>-</b>	<b>625.318</b>	<b>1.790.187</b>	<b>(387)</b>	<b>1.789.800</b>	<b>2.415.118</b>
<b>Total - empréstimos e financiamentos</b>				<b>32.425</b>	<b>1.479.888</b>	<b>-</b>	<b>1.512.313</b>	<b>1.790.187</b>	<b>(387)</b>	<b>1.789.800</b>	<b>3.302.113</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2023								
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Moeda nacional</b>											
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP + 5,00% a.a.	11	4.902	-	4.913	-	-	-	4.913
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	8,41% a.a.	135	287.446	-	287.581	-	-	-	287.581
<b>Total - Moeda nacional</b>				<b>146</b>	<b>292.348</b>	<b>-</b>	<b>292.494</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>292.494</b>
<b>Moeda estrangeira</b>											
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.126	213.085	-	214.211	-	-	-	214.211
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.621	404.862	-	406.483	-	-	-	406.483
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	538	-	-	538	190.912	-	190.912	191.450
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.438	-	-	2.438	269.585	-	269.585	272.023
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	1.195	187.234	-	188.429	-	-	-	188.429
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.721	-	-	2.721	373.125	-	373.125	375.846
European Investment Bank I	b.9	2037	USD + 3,76% a.a.	1.566	-	-	1.566	119.002	-	119.002	120.568
European Investment Bank II	b.10	2037	USD + 3,61% a.a.	6.008	-	-	6.008	471.200	(394)	470.806	476.814
European Investment Bank III	a.1	2038	USD + 4,51% a.a.	594	-	-	594	67.191	-	67.191	67.785
European Investment Bank IV	a.2	2038	USD + 4,38% a.a.	2.308	-	-	2.308	266.464	-	266.464	268.772
<b>Total - Moeda estrangeira</b>				<b>20.115</b>	<b>805.181</b>	<b>-</b>	<b>825.296</b>	<b>1.757.479</b>	<b>(394)</b>	<b>1.757.085</b>	<b>2.582.381</b>
<b>Total - empréstimos e financiamentos</b>				<b>20.261</b>	<b>1.097.529</b>	<b>-</b>	<b>1.117.790</b>	<b>1.757.479</b>	<b>(394)</b>	<b>1.757.085</b>	<b>2.874.875</b>

- (i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.
- (ii) Os contratos European Investment Bank (BEI), European Investment Bank (BEI), European Investment Bank (BEI) e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 24.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

**Garantias:** Para a FINEP a Companhia possui 1 carta de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 13.548, com taxa contratual de 0,60% a.a. Para as dívidas do European Investment Bank (BEI) contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,52% a.a.

## 12.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

### a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2024:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Data de vencimento	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Finalidade
a.1	Enel Brasil V	R\$ 202.278	Janeiro de 2024	Julho de 2024	CDI + 1,30%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro
a.2	Enel Brasil VI	R\$ 30.226	Janeiro de 2024	Junho de 2024	CDI + 1,30%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro
a.3	Enel Brasil VII	R\$ 25.189	Fevereiro de 2024	Mai de 2024	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro
a.4	Enel Brasil VIII	R\$ 216.631	Março de 2024	Mai de 2024	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro
a.5	Enel Brasil IX	R\$ 105.797	Março de 2024	Junho de 2024	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes em 31 de março de 2024:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Data de vencimento	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 55.301	Agosto de 2014		TJLP - 1%	Mensal		Financiamento de desenvolvimento de projetos
		R\$ 41.448	Novembro de 2017	Abril de 2024	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	
b.2	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	Abril de 2024	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.3	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Mai de 2021	Mai de 2025	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.4	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	Junho de 2024	8,41% a.a	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.5	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	Agosto de 2026	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.6	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	Setembro de 2024	USD + 2,07%	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.7	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	Setembro de 2025	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	Reforço de capital de giro
b.8	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$ 134.654	Setembro de 2022	Setembro de 2037	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.9	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$ 538.616	Setembro de 2022	Setembro de 2037	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.10	European Investment Bank (BEI) 14 MUSD	R\$ 68.740	Abril de 2023	Abril de 2038	USD + 4,51% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.11	European Investment Bank (BEI) 56 MUSD	R\$ 274.960	Abril de 2023	Abril de 2038	USD + 4,38% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

## c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2024:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data de vencimento	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Finalidade
c.1	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Março de 2024	Dólar + 1,71%	Semestral	BNP 4131 II	Reforço de capital de giro

## 12.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	590.669	18%	-	0%
TJLP	1.241	0%	4.913	0%
Taxa fixa	295.085	9%	287.581	10%
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólar	2.415.118	73%	2.582.381	90%
<b>Total</b>	<b>3.302.113</b>	<b>100%</b>	<b>2.874.875</b>	<b>100%</b>

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.4 Em 31 de março de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:**

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Custos a amortizar	Total
2025	630.704	(23)	630.681
2026	354.322	(31)	354.291
2027	76.702	(31)	76.671
2028	76.702	(31)	76.671
2029 em diante	651.757	(271)	651.486
	<b>1.790.187</b>	<b>(387)</b>	<b>1.789.800</b>

**12.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:**

Indexador	31.03.2024
	%
CDI (*)	10,65
TJLP (*)	6,53
IPCA (**)	4,50
Dólar (*)	5,00

(\*) Índice do último dia do período.

(\*\*) Índice acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2024.

**12.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:**

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2023	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 31.03.2024	
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movimentações
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	4.913	-	(3.723)	(46)	4	35	-	-	-	58	1.241
BNP II	214.211	-	(218.974)	(1.897)	-	738	-	5.922	-	-	-
BNP 4131 III	406.483	-	-	-	-	2.074	-	12.123	-	-	420.680
SCOTIABANK 4131 II	191.450	-	-	-	-	1.142	-	5.710	-	-	198.302
BNP 4131 IV	287.581	-	-	-	-	6.165	1.339	-	-	-	295.085
SCOTIABANK 4131 III	272.023	-	-	(3.674)	-	1.825	-	8.109	-	-	278.283
MUFG 4131	188.429	-	-	(2.012)	-	1.005	-	5.614	-	-	193.036
SCOTIABANK 4131 IV	375.846	-	-	(4.585)	-	2.290	-	11.201	-	-	384.752
European Investment Bank I	120.568	-	-	(2.438)	-	1.215	(2.673)	3.802	-	-	120.474
European Investment Bank II	476.814	-	-	(9.355)	-	4.665	(10.615)	15.198	7	-	476.714
European Investment Bank III	67.785	-	-	-	-	784	(1.550)	2.042	-	-	69.061
European Investment Bank IV	268.772	-	-	-	-	3.047	(6.163)	8.160	-	-	273.816
Enel BR V	-	202.278	-	-	-	5.654	-	-	-	-	207.932
Enel BR VI	-	30.226	-	-	-	784	-	-	-	-	31.010
Enel BR VII	-	25.189	-	-	-	405	-	-	-	-	25.594
Enel BR VIII	-	216.631	-	-	-	3.082	-	-	-	-	219.713
Enel BR IX	-	105.797	-	-	-	623	-	-	-	-	106.420
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.874.875</b>	<b>580.121</b>	<b>(222.697)</b>	<b>(24.007)</b>	<b>4</b>	<b>35.533</b>	<b>(19.662)</b>	<b>77.881</b>	<b>7</b>	<b>58</b>	<b>3.302.113</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2022	Efeito caixa		Efeito não caixa					Saldo final 31.03.2023	
		Atividade de financiamento		Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movimentações
		Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	18.730	(3.688)	(226)	113	216	-	-	-	298	15.443
BNP II	230.888	-	(1.952)	-	968	-	(4.078)	-	-	225.826
BNP 4131 III	438.086	-	-	-	2.122	-	(7.755)	-	-	432.453
SCOTIABANK 4131 II	206.335	-	-	-	1.167	-	(3.653)	-	-	203.849
BNP 4131 IV	274.875	-	-	-	6.097	3.719	-	-	-	284.691
SCOTIABANK 4131 III	293.152	-	(3.798)	-	1.861	-	(5.149)	-	-	286.066
MUFG 4131	203.101	-	(2.070)	-	1.029	-	(3.588)	-	-	198.472
SCOTIABANK 4131 IV	405.120	-	(4.716)	-	2.340	-	(7.152)	-	-	395.592
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	127.279	-	(2.547)	-	1.255	2.171	(2.393)	-	-	125.765
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	502.927	-	(9.775)	-	4.820	8.694	(9.572)	7	-	497.101
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.700.493</b>	<b>(3.688)</b>	<b>(25.084)</b>	<b>113</b>	<b>21.875</b>	<b>14.584</b>	<b>(43.340)</b>	<b>7</b>	<b>298</b>	<b>2.665.258</b>
<b>Notas Promissórias</b>										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	352.681	-	-	-	12.351	-	-	152	-	365.184
<b>Total - Notas Promissórias</b>	<b>352.681</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.351</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>152</b>	<b>-</b>	<b>365.184</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>3.053.174</b>	<b>(3.688)</b>	<b>(25.084)</b>	<b>113</b>	<b>34.226</b>	<b>14.584</b>	<b>(43.340)</b>	<b>159</b>	<b>298</b>	<b>3.030.442</b>

12.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNP, Scotiabank e MUFG	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (\*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (\*\*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(\*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(\*\*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado – vide nota explicativa nº 24.1.1.

## 13.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

				31.03.2024								Total Circulante + Não Circulante
				Circulante				Não Circulante				
Debêntures	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 0,80%	30.216	350.000	(1.406)	378.810	350.000	(158)	349.842	728.652	
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 4,01%	15.115	-	-	15.115	1.077.406	(7.714)	1.069.692	1.084.807	
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	16.321	-	-	16.321	858.118	(19.979)	838.139	854.460	
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	35.652	-	-	35.652	575.000	(625)	574.375	610.027	
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% IPCA + 6,14%	23.113	-	-	23.113	932.385	(22.066)	910.319	933.432	
<b>Total</b>				<b>120.417</b>	<b>350.000</b>	<b>(1.406)</b>	<b>469.011</b>	<b>3.792.909</b>	<b>(50.542)</b>	<b>3.742.367</b>	<b>4.211.378</b>	

				31.12.2023								Total Circulante + Não Circulante
				Circulante				Não Circulante				
Debêntures	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 0,80%	10.169	350.000	(1.687)	358.482	350.000	(470)	349.530	708.012	
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 4,01%	4.859	-	-	4.859	1.057.143	(8.514)	1.048.629	1.053.488	
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	7.245	-	-	7.245	866.513	(20.684)	845.829	853.074	
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	17.696	-	-	17.696	575.000	(660)	574.340	592.036	
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% IPCA + 6,14%	10.276	-	-	10.276	958.159	(22.749)	935.410	945.686	
<b>Total</b>				<b>50.245</b>	<b>350.000</b>	<b>(1.687)</b>	<b>398.558</b>	<b>3.806.815</b>	<b>(53.077)</b>	<b>3.753.738</b>	<b>4.152.296</b>	

(i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 24.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

## 13.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

## a) Debêntures obtidas durante o trimestre findo em 31 de março de 2024:

Nenhuma movimentação no período.

## b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes em 31 de março de 2024:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Data de vencimento	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Finalidade
b.1	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	R\$ 700.000	Junho de 2019	Maio de 2024	CDI + 0,80%	Semestral	350.000	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
				Maio de 2025			350.000	
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	R\$ 800.000		Maio de 2026	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	
b.2	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	R\$ 720.000	Abril de 2021	Abril de 2029 Abril de 2030 Abril de 2031	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.3	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	R\$ 575.000	Outubro de 2021	Outubro de 2027 Outubro de 2028	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	Reforço de capital de giro
b.4	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	R\$ 800.000	12/05/2022	Abril de 2029 Abril de 2030 Abril de 2031	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666 266.667	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## c) Obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2024:

Nenhuma movimentação no período.

## 13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	1.338.679	32%	1.300.048	31%
IPCA	2.872.699	68%	2.852.248	69%
<b>Total</b>	<b>4.211.378</b>	<b>100%</b>	<b>4.152.296</b>	<b>100%</b>

## 13.4 Em 31 de março de 2024, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2025	350.000	(10.157)	339.843
2026	1.077.405	(9.220)	1.068.185
2027	287.500	(6.574)	280.926
2028	287.500	(6.545)	280.955
2029 em diante	1.790.504	(18.046)	1.772.458
	<b>3.792.909</b>	<b>(50.542)</b>	<b>3.742.367</b>

## 13.5 Movimentações das debêntures:

	Saldo inicial 31.12.2023	Efeito não caixa				Saldo final 31.03.2024
		Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Amortização custos de transação	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	-	-	20.046	-	594	-
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	708.012	-	10.256	(1.102)	800	1.084.807
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	1.053.488	21.365	9.076	(26.035)	705	854.460
Debêntures - 25ª Emissão (i)	853.074	17.640	17.955	-	36	610.027
Debêntures - 26ª Emissão	592.036	-	12.835	(40.050)	682	933.432
Debêntures - 27ª Emissão (i)	945.686	14.279	70.168	(67.187)	2.817	4.211.378
<b>Total</b>	<b>4.152.296</b>	<b>53.284</b>	<b>70.168</b>	<b>(67.187)</b>	<b>2.817</b>	<b>4.211.378</b>

	Saldo inicial 31.12.2022	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo final 31.03.2023
		Pagamento de encargos financeiros	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Amortização custos de transação	
Debêntures - 23ª emissão	727.362	(50.523)	-	25.918	-	259	703.016
Debêntures - 24ª emissão 1ª série	707.716	-	-	24.616	-	567	732.899
Debêntures - 24ª emissão 2ª série (i)	926.192	-	22.357	10.164	15.575	765	975.053
Debêntures - 25ª emissão (i)	730.532	-	18.460	8.992	9.159	705	767.848
Debêntures - 26ª Emissão	594.292	-	-	21.847	-	34	616.173
Debêntures - 27ª Emissão (i)	814.474	-	17.844	12.783	7.198	682	852.981
<b>Total</b>	<b>4.500.568</b>	<b>(50.523)</b>	<b>58.661</b>	<b>104.320</b>	<b>31.932</b>	<b>3.012</b>	<b>4.647.970</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13.6 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
24ª, 25ª, 26ª e 27ª emissões	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (\*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (\*\*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(\*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(\*\*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

#### 14. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
<b>Previdência privada</b>		
Obrigação registrada com previdência privada	6.080.902	6.520.291
<b>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	120.003	115.793
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	<b>120.003</b>	<b>115.793</b>
<b>Total obrigações com benefícios pós-emprego</b>	<b>6.200.905</b>	<b>6.636.084</b>
Circulante	6.577	6.741
Não circulante	6.194.328	6.629.343
<b>Total</b>	<b>6.200.905</b>	<b>6.636.084</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

#### **Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD**

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento que aguarda julgamento pela Diretoria Colegiada da PREVIC que foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Vale ressaltar que as respectivas ações não trouxeram impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia de 31 de março de 2024.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14.1.1 Contratos com a Vivest

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2024	31.12.2023
Confissão de dívida IIa	496.795	469.568
Confissão de dívida IIb	33.384	30.070
Contrato de ajustes de reserva matemática	4.808.636	5.613.530
<b>Total dos contratos</b>	<b>5.338.815</b>	<b>6.113.168</b>
Diferença entre premissas	742.087	407.123
<b>Total registrado</b>	<b>6.080.902</b>	<b>6.520.291</b>

#### 14.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

#### 14.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

##### a) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.03.2024	31.03.2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.636.084</b>	<b>6.403.710</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	1.658	1.426
Juros líquidos conforme laudo atuarial	151.965	153.406
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(243.802)	(272.037)
Pagamento extraordinário de contribuições BD e FGTS (a)	(345.000)	-
<b>Saldo final</b>	<b>6.200.905</b>	<b>6.286.505</b>

- (a) Em março de 2024, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 345.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no primeiro trimestre de 2024, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Despesas reconhecidas no resultado do período:**

	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Capitalização para infraestrutura em construção	260	271
Outras contribuições - Contribuição definida	(2.015)	(2.089)
<b>Despesas nos períodos com entidade de previdência privada</b>	<b>(1.755)</b>	<b>(1.818)</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(1.658)	(1.426)
<b>Despesas nos períodos com benefícios pós-emprego</b>	<b>(3.413)</b>	<b>(3.244)</b>
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(344.755)	(343.204)
Rendimento esperado dos ativos do plano	192.790	189.798
<b>Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial</b>	<b>(151.965)</b>	<b>(153.406)</b>
<b>Total das despesas nos períodos</b>	<b>(155.378)</b>	<b>(156.650)</b>

**15. Provisões para processos judiciais e outros riscos**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

**15.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável**

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais foram movimentadas e estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2023	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2024	Depósitos vinculados 31.03.2024	Depósitos vinculados 31.12.2023
<b>Processos trabalhistas (a)</b>	318.884	22.021	28.341	(10.960)	(4.655)	353.631	97.990	98.128
<b>Processos cíveis (b)</b>	336.443	20.286	14.700	(15.361)	(5.490)	350.578	14.194	13.827
<b>Processos regulatórios (c)</b>	193.274	-	4.961	(32.856)	-	165.379	-	-
<b>Processos fiscais (d)</b>								
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.1)	258.936	5.431	4.839	-	-	269.206	-	-
Outros processos fiscais (d.2)	13.616	129	383	(71)	-	14.057	819	808
<b>Processos ambientais (e)</b>	5.673	249	71	(249)	-	5.744	-	-
<b>Subtotal - Processos judiciais e administrativos</b>	<b>1.126.826</b>	<b>48.116</b>	<b>53.295</b>	<b>(59.497)</b>	<b>(10.145)</b>	<b>1.158.595</b>	<b>113.002</b>	<b>112.763</b>
<b>Outras provisões (f)</b>	5.549	-	226	-	-	5.775		
<b>Total</b>	<b>1.132.375</b>	<b>48.116</b>	<b>53.521</b>	<b>(59.497)</b>	<b>(10.145)</b>	<b>1.164.370</b>		
Circulante	187.286					162.035		
Não circulante	945.089					1.002.335		
<b>Total</b>	<b>1.132.375</b>					<b>1.164.370</b>		

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados	Depósitos vinculados
	31.12.2022					31.03.2023		
<b>Processos trabalhistas</b>	320.224	19.848	11.322	(17.745)	(10.466)	323.183	106.069	116.401
<b>Processos cíveis</b>	314.848	19.683	(3.291)	(10.529)	(10.084)	310.627	10.921	10.709
<b>Processos regulatórios</b>	121.834	-	1.577	-	(2.914)	120.497	-	-
<b>Processos fiscais</b>								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	173.254	-	1.435	(174.689)	-	-	180.282	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	211.591	6.023	4.956	-	-	222.570	-	-
Outros processos fiscais	13.500	-	84	-	-	13.584	751	715
<b>Processos ambientais</b>	5.416	194	104	(194)	-	5.520	-	-
<b>Subtotal - Processos judiciais e administrativos</b>	<b>1.160.667</b>	<b>45.748</b>	<b>16.187</b>	<b>(203.157)</b>	<b>(23.464)</b>	<b>995.981</b>	<b>298.023</b>	<b>296.583</b>
<b>Outras provisões</b>	15.119	-	-	(4.375)	-	10.744	-	-
<b>Total</b>	<b>1.175.786</b>	<b>45.748</b>	<b>16.187</b>	<b>(207.532)</b>	<b>(23.464)</b>	<b>1.006.725</b>		
Circulante	186.069					180.438		
Não circulante	989.717					826.287		
<b>Total</b>	<b>1.175.786</b>					<b>1.006.725</b>		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Processos trabalhistas:**

A Companhia mantém provisão para 1.428 processos (1.797 em 31 de dezembro de 2023), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

**b) Processos cíveis:**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

**c) Processos regulatórios:**

A Companhia possui 8 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2023) relacionados a supostas não conformidades, sendo 6 no âmbito judicial e 3 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c.1) Processos regulatórios em fase judicial:**

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	34.325	-
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	21.229	60.942
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável.	4.340	37.455
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	20.818	10.735
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	15.920	7.834
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento ou Atendimento DEC e FEC 2021	Judicializado	65.887	51.742
<b>Total</b>				<b>162.519</b>	<b>168.708</b>

O montante de R\$ 168.708 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

Auto de Infração - AI nº 0015/TN170: Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 3 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 o recurso (Agravo Interno) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 a Companhia apresentou Agravo Interno, tendo sido negado provimento em 16 de junho de 2023. Em 22 de junho de 2023 a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, ao qual foi negado provimento. Em 19 de setembro de 2023 foi apresentado novos embargos de declaração em razão da omissão apresentada na decisão em relação à não incidência de honorários advocatícios, pelo descabimento dessa verba, em sede de mandado de segurança. A Companhia aguarda o julgamento de tal recurso. Em 12 de março de 2024, os embargos de declaração da Companhia foram acolhidos para excluir da decisão anteriormente proferida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da decisão para pagamento da penalidade fixada

Auto de Infração - AI nº 12/2022: Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC de 2021, com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. No dia 3 de agosto de 2022 a Companhia apresentou interposição de recurso. Em 13 de março de 2023, pelo Memorando nº 42/2023-SFE/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade apresentou a reavaliação do Recurso Administrativo, com a recomendação da desconsideração da reincidência e a concessão da redução de 25%. Adicionalmente, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade sugeriu a alteração da penalidade de multa aplicada do valor de R\$ 95.872 para o valor de R\$ 53.701. Em 5 de dezembro de 2023 ocorreu a reunião da diretoria da ANEEL no qual foi discutido o recurso interposto pela Companhia. Em 6 de fevereiro de 2024, ANEEL decidiu avaliar o recurso e negar o provimento da Companhia, no sentido de manter a aplicação da multa no montante original de R\$ 95.872. Dessa forma, a Companhia baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, efetuou o provisionamento do montante, devidamente atualizado de R\$ 65.887 em 31 de março de 2024. O montante atualizado de R\$ 51.742 foi classificado como risco possível.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 7 de março de 2024 a companhia ajuizou ação com pedido de liminar, o qual na mesma data foi deferido para determinar que a ANEEL se abstenha de realizar quaisquer atos de cobrança, suspendendo a inscrição da concessionária no Sistema de Inadimplentes mantido pela ANEEL, no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN) e, cumulativamente, na dívida ativa, até o julgamento da ação judicial.

#### c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Pagamento efetuado / arquivado	-
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Pagamento efetuado / arquivado	-
			<b>Outros</b>	<b>2.860</b>

Auto de Infração - AI nº 10/2019: Em 6 de março de 2024 foi publicado o despacho 493/2024 – no qual decide negar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia, mantendo-se a decisão expedida em juízo de reconsideração, em face do Auto de Infração nº 10/2019. Sendo assim, a Companhia decidiu efetuar o pagamento da multa no dia 26 de março de 2024 no valor de R\$ 16.185, consequentemente, o processo foi arquivado.

Auto de Infração - AI nº 01/2020: Em 20 de março de 2024 foi publicado o despacho 4781/2023 – no qual decide negar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia, mantendo-se a decisão expedida em juízo de reconsideração, em face do Auto de Infração nº 01/2020. Sendo assim, a Companhia decidiu efetuar o pagamento da multa no dia 9 de março de 2024 no valor de R\$ 16.671, consequentemente, o processo foi arquivado.

#### d) Processos fiscais:

**d.1) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios:** A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

**d.2) Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

#### e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**e.1) Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim. Em 14 de março de 2024, a Companhia recebeu a aprovação do Ministério Público acerca do projeto ambiental, denominado Projeto de Compensação Ambiental – ADC Guarapiranga, que descreve o compromisso de compensação ambiental em área localizada na Área de Proteção e Recuperação Ambiental do Guarapiranga, cuja execução será iniciada em junho de 2024. A Companhia apresentará o projeto ambiental aprovado perante o Juízo da ação civil pública para requerer a homologação da transação judicial e extinção do cumprimento de sentença acerca do pedido de implantação de projeto ambiental. Após o cumprimento de sentença prosseguirá para cumprimento das obrigações de fazer.

#### **f) Outras provisões**

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

#### **15.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2024	31.12.2023
<b>Processos cíveis</b>	<b>1.549.210</b>	<b>1.445.073</b>
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.1) Ação de cobrança - CTEEP	281.858	364.964
(a.2) Ações Indenizatórias - individuais - evento climático	11.905	4.241
(a.2) Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático	Não determinado	Não determinado
Outros processos cíveis	1.255.447	1.075.868
<b>Processos regulatórios</b>	<b>2.039.540</b>	<b>2.050.219</b>
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.302.993	1.314.967
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	216.392	213.763
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	124.270	122.574
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	106.836	105.570
(b.2) Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos	165.808	165.808
(b.3) Auto de Infração nº 12/2022 - DEC e FEC	51.742	42.172
Outros processos regulatórios	71.499	85.365
<b>Processos fiscais</b>	<b>4.273.246</b>	<b>4.206.008</b>
CSLL – base negativa	171.825	170.226
Execuções fiscais municipais – diversas	201.750	184.832
PIS – estatuto da decadência	261.142	259.602
COFINS – anistia	172.802	171.884
COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.1) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos	221.452	218.873
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	192.605	191.000
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	722.693	717.126
FINSOCIAL	259.047	256.185
(c.2) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	185.294	183.019
(c.3) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	201.075	202.622
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	241.532	235.341
(c.4) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	85.713	84.988
(c.5) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	299.039	293.684
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	55.929	54.425
(c.6) IRPJ/CSLL - Goodwill	866.307	848.924
Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST	4.647	4.542
Outros processos fiscais	59.608	57.949
<b>Processos trabalhistas</b>	<b>626.608</b>	<b>678.724</b>
Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	127.549	126.460
(d.1) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	5.826	30.282
Contribuição Previdenciária – SAT	55.937	54.879
Outros processos trabalhistas	437.296	467.103
<b>Total dos processos com probabilidade de perda classificada como possível</b>	<b>8.488.604</b>	<b>8.380.024</b>

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 15.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### a) Processos cíveis:

**(a.1) Ação de cobrança CTEEP:** Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R\$1.500.000, que atualmente perfaz R\$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressaltado seu direito de cobrança perante o efetivo devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão – EPTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito.

A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença, até o momento, foi mantida em segunda instância, em sede de recursos de apelação, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre o valor atualizado da ação, o que corresponderia a R\$ 281.858 em 31 de março de 2024. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em 12 de janeiro de 2024, os embargos de declaração foram rejeitados e a decisão foi publicada em 30 de janeiro de 2024. Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia interpôs recurso especial e extraordinário. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

**(a.2) Ações indenizatórias – evento climático:** Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas no período findo em 31 de março de 2024, 458 ações individuais e 7 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Distribuidora e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o período findo em 31 de março de 2024, do total de 458 ações individuais, R\$ 11.905 estão avaliadas como risco de perda possível. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor..

**a.3) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal:** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. O Ministério Público Federal apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 03 de abril de 2024, foi dado parcial provimento ao recurso do Ministério Público Federal, para condenar a ANEEL a considerar, nos processos de revisão da tarifa de energia elétrica, o benefício fiscal de juros sobre capital próprio.

#### (b) Processos regulatórios:

**(b.1) Devolução tarifária – base blindada:** Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em 10 de abril de 2024 foi proferida decisão de 1ª instância julgando ação improcedente. A Companhia irá apresentar os recursos cabíveis contra a decisão. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b.2) Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos:** O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE (“TN”), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração (“AI”) nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024, a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar. Em 26 de abril de 2024 o pedido de liminar foi deferido, para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstenendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial.

**(b.3) Auto de Infração - AI nº 12/2022:** Vide nota explicativa 15.1 (c.1).

### (c) Processos fiscais:

**(c.1) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado.

Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No primeiro trimestre de 2024 um dos processos judiciais se encerrou de forma favorável, cancelando o débito no montante de R\$ 300.

**(c.2) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes):** Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa. Em março de 2024 foi proferida decisão negando provimento ao recurso. A Companhia apresentou embargos de declaração que aguarda julgamento.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c.3) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No primeiro trimestre de 2024, um dos processos administrativos se encerrou de forma parcialmente favorável, reduzindo o débito de R\$ 35.000 para R\$ 30.800. A Companhia seguirá discutindo o remanescente no Judiciário via embargos à execução fiscal.

**(c.4) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes:** Trata-se de processos administrativos oriundos da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações – Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário.

Em novembro de 2023 a Companhia peticionou em todos os processos requerendo a baixa dos mesmos em razão da tese fixada pelo STF no tema 736 de repercussão geral e do PARECER SEI Nº 2674/2023/MF da Procuradoria da Fazenda Nacional que determina a desistência de todos os processos sobre o assunto. No primeiro trimestre de 2024 mais um processo se encerrou de forma favorável no valor de R\$ 800.

**(c.5) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos** Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023 um dos autos de infração, no valor de R\$ 23.041, foi encerrado parcialmente favorável à Companhia, tendo sido apresentado recurso em março de 2024 quanto ao valor remanescente. Em março de 2024, em um dos autos de infração foi dado parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia para cancelar parte da autuação. Em outros dois autos foram negados provimento ao recurso voluntário da Companhia, a qual irá recorrer. Valor do processo em 31 de março de 2024 é no montante de R\$ 197.100.

**(c.6) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill:** A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Em 13 de março de 2024 foi iniciado o julgamento do recurso voluntário da Companhia e um dos conselheiros pediu vista.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Processos trabalhistas:

**(d.1) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais:** Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Das três ações, duas tiveram decisões desfavoráveis para Companhia e uma delas teve decisão parcialmente favorável para a Companhia, com a redução do débito. Uma das ações desfavoráveis está pendente de julgamento e outra teve o trânsito em julgado, com alteração de prognóstico de possível para provável e provisão arcada em fevereiro de 2024.

#### 16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

---

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a Companhia teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a Companhia já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de dezembro foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (Medida Provisória 1202/23 e Portaria Normativa MF 14/24). Até 31 de março de 2024, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 4.546.441 (R\$ 4.305.351 em 31 de dezembro de 2023).

#### Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 e 2023 já contemplaram a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.625.000. O total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 3.401.862 (R\$ 3.860.289 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	964.365	1.428.385
<u>Ativo não circulante</u>	7	2.420.038	2.137.829
<b>Total Ativo</b>		<b>3.384.403</b>	<b>3.566.214</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		732.757	997.292
<u>Passivo não circulante</u>		2.848.530	2.983.143
<b>Total Passivo</b>		<b>3.581.287</b>	<b>3.980.435</b>
		<b>31.03.2024</b>	<b>31.03.2023</b>
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		59.279	94.966
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(59.279)	(94.966)
<b>Efeito líquido no resultado antes de IRCS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.987.511</b>	<b>5.597.474</b>
Adições	-	-
Atualização	94.966	94.966
Compensações	(516.191)	-
Devolução aos consumidores	-	(417.222)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>4.566.286</b>	<b>5.275.218</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.566.214</b>	<b>3.980.435</b>
Adições	-	-
Atualização	59.279	59.279
Compensações	(241.090)	-
Devolução aos consumidores	-	(458.427)
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>3.384.403</b>	<b>3.581.287</b>

**17. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**b) Composição acionária**

	<b>31.03.2024</b>		<b>31.12.2023</b>	
	<b>Ordinárias</b>		<b>Ordinárias</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Acionista:</b>				
ENEL Brasil S.A.	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
<b>Total das ações ordinárias em poder dos acionistas</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>

**c) Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

**d) Benefício fiscal proveniente de incorporação**

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 22.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2024	31.12.2023
Reserva especial - gerada por incorporações	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital	547	547
<b>Total</b>	<b>2.268.430</b>	<b>2.268.430</b>

**e) Reserva para reforço de capital de giro**

Poderão ser destinados até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar a cifra do capital social.

**f) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial**

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	31.03.2024	31.12.2023
Ajuste de avaliação patrimonial	812.749	836.469
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(276.335)	(284.401)
<b>Ajuste de avaliação patrimonial, líquido</b>	<b>536.414</b>	<b>552.068</b>
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	(7.655.166)	(8.000.166)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)	24.419	24.420
Outros resultados abrangentes - derivativos	(65.201)	(76.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.616.622	2.737.822
<b>Outros resultados abrangentes, líquido</b>	<b>(5.079.326)</b>	<b>(5.314.595)</b>
<b>Total registrado no patrimônio líquido</b>	<b>(4.542.912)</b>	<b>(4.762.527)</b>

**18. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de períodos anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023:

	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do período	260.517	552.851
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Número de ações ordinárias	197.467	197.467
<b>Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>1,31929</b>	<b>2,79971</b>

Não houve movimentação de ações nos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023.

## 19. Receita líquida

Nota	01.01.2024 a 31.03.2024			01.01.2023 a 31.03.2023		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	7.470.526	4.547.648	2.810.279	7.341.621	4.272.847	2.791.094
Industrial	24.752	406.478	138.641	24.720	453.928	168.190
Comercial	426.856	2.163.138	1.214.942	413.894	2.114.987	1.371.714
Rural	577	8.668	3.217	549	8.017	2.591
Poder público	15.858	299.967	138.089	14.658	278.613	136.733
Iluminação pública	876	115.410	37.465	1.640	120.961	39.859
Serviço público	1.323	71.571	13.629	1.149	94.418	17.855
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.126.386)	-	-	(3.420.704)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>7.940.768</b>	<b>7.612.880</b>	<b>1.229.876</b>	<b>7.798.231</b>	<b>7.343.771</b>	<b>1.107.332</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Não faturado	-	-	1.452.515	-	-	1.439.475
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.126.386	-	-	3.420.704
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.298	3.585.576	782.725	3.264	3.233.930	652.115
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(35.114)	-	-	(24.617)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	-	-	-	417.279	10.331
Receita de construção	-	-	354.125	-	-	353.632
Aluguel de poste	-	-	75.796	-	-	52.019
Outras receitas	-	-	10.752	-	-	10.803
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>7.945.066</b>	<b>11.198.456</b>	<b>6.997.061</b>	<b>7.801.495</b>	<b>10.994.980</b>	<b>7.021.794</b>
<b>Outras receitas</b>						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	245.630	-	-	195.909
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	223.676	-	-	97.514
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	129.171	-	-	173.850
<b>Total outras receitas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>467.273</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>7.945.066</b>	<b>11.198.456</b>	<b>7.595.538</b>	<b>7.801.495</b>	<b>10.994.980</b>	<b>7.489.067</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(43.768)	-	-	(43.265)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.051.293)	-	-	(885.137)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(4.475)	-	-	(47.369)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	170	-	-	35
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(6.255)	-	-	(7.888)
ICMS	-	-	(1.099.557)	-	-	(1.060.899)
COFINS - corrente	-	-	(453.849)	-	-	(461.498)
PIS - corrente	-	-	(98.549)	-	-	(100.073)
ISS	-	-	(82)	-	-	(80)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.757.658)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.606.174)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>7.945.066</b>	<b>11.198.456</b>	<b>4.837.880</b>	<b>7.801.495</b>	<b>10.994.980</b>	<b>4.882.893</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

01.01.2024 a 31.03.2024						
Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	(1.907.937)	-	-	(1.907.937)	
Encargos do uso do sistema de transmissão	20.1	(836.456)	-	-	(836.456)	
Pessoal e administradores		(113.566)	-	(36.786)	(150.352)	
Entidade de previdência privada		(1.327)	-	(382)	(1.709)	
Serviços de terceiros		(190.271)	-	(48.970)	(239.241)	
Material		(4.724)	-	(916)	(5.640)	
Custo de construção		(354.125)	-	-	(354.125)	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	(75.236)	-	(75.236)	
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(69.282)	-	(69.282)	
Provisão para processos judiciais e outros	15	(248)	-	(30.554)	(30.802)	
Depreciação e amortização	9	(176.167)	-	(57.489)	(233.656)	
Receita de multas por impontualidade de clientes	20.2	-	-	33.406	33.406	
Outras receitas (despesas) operacionais	20.2	(28.530)	-	(12.124)	(40.654)	
<b>Total</b>		<b>(3.613.351)</b>	<b>(144.518)</b>	<b>(175.097)</b>	<b>21.282</b>	<b>(3.911.684)</b>

01.01.2023 a 31.03.2023						
Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(1.818.577)	-	-	(1.818.577)	
Encargos do uso do sistema de transmissão	19.1	(741.336)	-	-	(741.336)	
Pessoal e administradores		(113.802)	-	(36.648)	(150.450)	
Entidade de previdência privada	14	(1.401)	-	(417)	(1.818)	
Serviços de terceiros		(178.319)	-	(57.220)	(235.539)	
Material		(9.119)	-	912	(8.207)	
Custo de construção	20	(353.632)	-	-	(353.632)	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	(120.762)	-	(120.762)	
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(46.088)	-	(46.088)	
Provisão para processos judiciais e outros	15	(279)	-	(16.068)	(16.347)	
Depreciação e amortização	9	(162.820)	-	(63.164)	(225.984)	
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.2	(301)	-	34.334	34.033	
Outras receitas (despesas) operacionais	19.2	(69.981)	-	3.317	(66.664)	
<b>Total</b>		<b>(3.449.567)</b>	<b>(166.850)</b>	<b>(172.605)</b>	<b>37.651</b>	<b>(3.751.371)</b>

## 20.1 Custo do serviço de energia elétrica

## a) Energia elétrica comprada para revenda

Nota	MWh (*)		R\$	
	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Energia elétrica comprada para revenda:</b>				
Itaipu	1.771.734	1.785.644	(471.754)	(332.026)
ANGRA 1 e 2	347.281	346.255	(122.097)	(117.630)
Compra - CCEAR	4.638.603	4.771.797	(1.115.117)	(1.191.525)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	23	27.032	(24.183)	(11.652)
Quotas de garantia física	1.551.608	1.888.295	(261.551)	(288.031)
Risco hidrológico	-	-	9.424	9.767
Geração Distribuída - GD (a)	25.800	-	6.132	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	-	14.351
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	176.754	168.740
<b>Subtotal</b>	<b>8.362.058</b>	<b>8.839.192</b>	<b>(1.802.392)</b>	<b>(1.748.006)</b>
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	-	156.270	(105.545)	(70.571)
<b>Total</b>	<b>8.362.058</b>	<b>8.995.462</b>	<b>(1.907.937)</b>	<b>(1.818.577)</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Geração Distribuída – GD permite o consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 6.132.

**b) Encargos do uso do sistema de transmissão**

	Nota	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição:</b>			
Uso da rede básica		(594.492)	(490.183)
Uso da rede básica - partes relacionadas	23	-	(4.549)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(207.951)	(226.439)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(73.398)	(53.386)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(10.313)	(10.290)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(4.665)	(3.926)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(25.128)	(28.063)
(-) Créditos de PIS/COFINS		79.491	75.500
<b>Total</b>		<b>(836.456)</b>	<b>(741.336)</b>

**20.2 Outras receitas e despesas operacionais**

	Nota	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Perdas líquidas na alienação de bens e direitos		(25.061)	(4.391)
Arrendamentos e aluguéis		(2.014)	5.282
Seguros		(6.271)	(2.852)
Tributos		(6.130)	(5.323)
Doações, contribuições e patrocínios		(551)	(2.063)
Tarifa bancária		(9.471)	(12.976)
Publicidade		(77)	(41)
Perdas na desativação de bens e direitos		(202)	(7.877)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		10.581	(2.965)
Baixa do ativo financeiro da concessão	9.1.2	(1.949)	(11.887)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(2.025)	(3.564)
Despesas Indedutíveis		(1.112)	(706)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso	20	33.958	34.431
Penalidades - devoluções a consumidores		(380)	(1.024)
Multa de mora - pagamento de fornecedores	20	(552)	(397)
Taxa de contribuição CCEE		(1.302)	(864)
Outros		5.310	(15.414)
<b>Total</b>		<b>(7.248)</b>	<b>(32.631)</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Resultado financeiro**

	Nota	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras		5.027	90.068
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	21. 1	2.779	11.104
Subvenções governamentais	12.6	58	298
Atualização de créditos tributários		1.607	23
Atualização monetária dos depósitos judiciais		20.773	17.517
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	8	(7.485)	55.144
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures	12.6, 13.5	88.188	-
Ajuste ao valor de mercado - derivativos	24.1.1	3.274	33.999
Juros - derivativos	24.1.1	18.433	8.308
Juros e variações monetárias - outros		61.224	10.655
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		774	3.807
Outras receitas financeiras		10.599	5.898
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(4.141)	(5.611)
<b>Subtotal</b>		<b>201.110</b>	<b>231.210</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures	12.6, 13.5	(108.525)	(141.721)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures	12.6, 13.5	(1.339)	(46.516)
Variação monetária - empréstimos	12.6	(4)	(113)
Variação monetária - debêntures	13.5	(53.284)	(58.660)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos	24.1.1	(83.474)	(17.834)
Juros e variação monetária - derivativos	24.1.1	(63.503)	(77.260)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(6.454)	(6.977)
Subvenções governamentais		(58)	(298)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		3.586	(4.547)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	9.1.1	655	2.984
Cartas de fiança e seguros garantia		(10.652)	(3.960)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	15	(53.521)	(16.185)
Atualização monetária - energia livre		112	(2.380)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	8	(73.481)	(27.058)
Atualização acordo Eletrobras		(1.286)	(14.482)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	14	(151.965)	(153.407)
Comissão de fiança - partes relacionadas	23	(1.580)	(1.636)
Juros e variações monetárias - outros		(62.854)	(10.089)
Outras despesas financeiras		(37.200)	(5.455)
<b>Subtotal</b>		<b>(704.827)</b>	<b>(585.594)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>			
Variações cambiais - empréstimos	12.6	(77.881)	43.339
Variações cambiais - swaps	24.1.1	77.887	(43.353)
Variações cambiais - outras		(128)	(56)
<b>Subtotal</b>		<b>(122)</b>	<b>(70)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(503.839)</b>	<b>(354.454)</b>

**21.1** Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Imposto de renda e contribuição social****a) Imposto corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Composição dos tributos no resultado:	01.01.2024 a 31.03.2024		01.01.2023 a 31.03.2023		
	Nota	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Na rubrica de tributos:</b>					
Correntes		-	-	(4.265)	(1.614)
Diferidos		(119.000)	(42.840)	(160.543)	(57.795)
<b>Total</b>		<b>(119.000)</b>	<b>(42.840)</b>	<b>(164.808)</b>	<b>(59.409)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>					
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>422.357</b>	<b>422.357</b>	<b>777.068</b>	<b>777.068</b>
<b>Adições:</b>					
Juros sobre capital próprio		-	-	(120.000)	(120.000)
Doações		221	221	420	420
Gratificação a administradores		518	518	518	518
Perdas indedutíveis no contas a receber		50.731	50.731	968	968
Perdas na baixa de bens e direitos		-	-	267	267
Multas indedutíveis		959	959	53	53
Despesas indedutíveis		1.112	1.112	706	706
Salário maternidade e paternidade		103	103	105	105
<b>Total das adições</b>		<b>53.644</b>	<b>53.644</b>	<b>(116.963)</b>	<b>(116.963)</b>
Base de cálculo		<b>476.001</b>	<b>476.001</b>	<b>660.105</b>	<b>660.105</b>
Alíquota nominal		25%	9%	25%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>		<b>(119.000)</b>	<b>(42.840)</b>	<b>(165.026)</b>	<b>(59.409)</b>
Incentivos		-	-	212	-
Compensação de base de cálculo		-	-	6	-
<b>Total da despesa com tributos</b>		<b>(119.000)</b>	<b>(42.840)</b>	<b>(164.808)</b>	<b>(59.409)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>		<b>28,2%</b>	<b>10,1%</b>	<b>21,2%</b>	<b>7,6%</b>

**b) Tributos e contribuições sociais diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b.1) Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos**

	31.03.2024	31.12.2023
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.367.267	2.509.661
Benefício fiscal das incorporações	1.776.106	1.794.021
<b>Total dos tributos e contribuições sociais diferidos</b>	<b>4.143.373</b>	<b>4.303.682</b>

**b.2) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:**

	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2024	31.12.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.059.680	2.216.017	(156.337)	(36.626)	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	327.846	318.822	9.024	(58.049)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.260.069	1.226.083	33.986	50.556	-	-
Provisão para materiais e serviços	144.807	146.476	(1.669)	(95.029)	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	759.990	670.068	89.922	(2.613)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	29.856	31.612	(1.756)	(1.756)	-	-
Provisão para o fundo de transição	2.486	2.574	(88)	(3.759)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	40.801	39.369	1.432	1.291	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	8.942	8.677	265	1.251	-	-
Swap	-	7.108	(7.108)	-	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	22.168	26.068	-	-	(3.900)	-
Outros	26.185	23.048	3.137	6.589	-	-
<b>Total dos tributos diferidos ativos</b>	<b>4.682.830</b>	<b>4.715.922</b>	<b>(29.192)</b>	<b>(138.145)</b>	<b>(3.900)</b>	<b>-</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(276.335)	(284.400)	8.065	8.060	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(825.628)	(781.710)	(43.918)	(59.109)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(72.782)	(68.691)	(4.091)	12.829	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	-	-	6.315
Swap	(46.469)	-	(46.469)	14.339	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(1.059.949)	(1.039.153)	(20.796)	(31.201)	-	-
Outros	(34.400)	(32.307)	(2.093)	(1.174)	-	-
<b>Total dos tributos diferidos passivos</b>	<b>(2.315.563)</b>	<b>(2.206.261)</b>	<b>(109.302)</b>	<b>(56.256)</b>	<b>-</b>	<b>6.315</b>
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>2.367.267</b>	<b>2.509.661</b>	<b>(138.494)</b>	<b>(194.401)</b>	<b>(3.900)</b>	<b>6.315</b>
<b>Juros mora (b.2.1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.431)</b>	<b>(6.023)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Realização do benefício fiscal das incorporações			(17.915)	(17.915)		
<b>Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(161.840)</b>	<b>(218.339)</b>		

**b.2.1)** O imposto de renda e contribuição social diferido do trimestre findo em 31 de março de 2024 no montante de R\$ 5.431 (R\$ 6.023 do trimestre findo em 31 de março de 2023) são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

**b.3) Benefício fiscal gerado por incorporações:**

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasiliana Participações S.A. (“Brasiliana Participações”)** - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

**Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”)** - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.03.2024			31.12.2023
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<b>AES Elpa</b>				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(325.033)	214.520	(110.513)	(106.702)
<b>Subtotal</b>	<b>190.537</b>	<b>(125.755)</b>	<b>64.782</b>	<b>68.593</b>
<b>Brasiliana Participações</b>				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(194.211)	128.179	(66.032)	(63.755)
<b>Subtotal</b>	<b>113.847</b>	<b>(75.140)</b>	<b>38.707</b>	<b>40.984</b>
<b>Enel Sudeste</b>				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(606.399)	397.457	(208.942)	(197.115)
<b>Subtotal</b>	<b>5.543.918</b>	<b>(3.871.301)</b>	<b>1.672.617</b>	<b>1.684.444</b>
<b>Total do ágio/benefício fiscal de incorporações</b>	<b>5.848.302</b>	<b>(4.072.196)</b>	<b>1.776.106</b>	<b>1.794.021</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

#### b.3.1) Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2024	31.03.2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.303.682</b>	<b>4.326.661</b>
Impacto no resultado do período	(161.840)	(218.339)
Impacto no resultado do período - juros moratórios (b.2.1)	5.431	6.023
Impacto no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes)	(3.900)	6.315
<b>Saldo final</b>	<b>4.143.373</b>	<b>4.120.660</b>

## 23. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.03.2024	31.12.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>Enel Brasil</b>					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	-	-	(1.580)	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(42.280)	(37.978)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(274.085)	(239.789)	-	-
MÚTUO	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	(590.669)	-	(10.548)	(284)
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	Dezembro de 2023	(100.638)	(160.138)	-	-
<b>Total - partes relacionadas</b>		<b>(1.007.672)</b>	<b>(437.905)</b>	<b>(12.128)</b>	<b>(284)</b>

## 23.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.03.2024	31.12.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
<b>COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)</b>					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	1.150	781	166	148
<b>COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS</b>		<b>(17.283)</b>	<b>(19.766)</b>	<b>(2.126)</b>	<b>(2.065)</b>
ENEL CHILE		4.679	4.379	300	245
ENEL SPA		(855)	(5.170)	(294)	(183)
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.	Fevereiro de 2024	(21.107)	(18.975)	(2.132)	-
ENEL GLOBAL IN E NETWORK		-	-	-	(2.127)
ENEL CHILE S.A.		-	-	-	-
<b>COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA</b>		<b>3.443</b>	<b>3.377</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
COELCE CIA. ENERGÉTICA		3.840	3.828	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		(2.345)	(2.576)	-	-
ENEL CIEN S.A.		1.044	1.044	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Agosto de 2027	(453)	(311)	-	-
ENEL TRADING S.A.		6	-	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		641	650	-	-
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		710	720	-	-
GRIDSPERTISE LATAM S.A.		-	22	-	-
<b>SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF</b>		<b>(3.143)</b>	<b>(3.285)</b>	<b>(9.272)</b>	<b>(9.366)</b>
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução Homologatória nº 3068 da ANEEL	(320)	(335)	(941)	(951)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.		(90)	(94)	(264)	(268)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		(2.733)	(2.856)	(8.067)	(8.147)
<b>SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR</b>		<b>(5.477)</b>	<b>(1.254)</b>	<b>(14.911)</b>	<b>(2.285)</b>
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.		(180)	(168)	(321)	(313)
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(121)	(113)	(215)	(209)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(372)	(361)	(683)	(647)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(345)	(335)	(634)	(600)
ENEL TRADING S.A.		(4.162)	-	(12.528)	-
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(297)	(277)	(530)	(516)
<b>COMISSÃO DE FIANÇA</b>		<b>(6.353)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.353)</b>
ENEL X BRASIL SA	Setembro de 2037	(164)	-	-	-
ENEL SPA S.A.		(6.189)	-	-	(1.353)
<b>ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.549)</b>
ENEL CIEN S.A. (*)	Março de 2023	-	-	-	(4.549)
<b>VENDA DE SERVIÇOS</b>		<b>(30.488)</b>	<b>(8.118)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
GRIDSPERTISE LATAM S.A.	Até o final da concessão	(30.488)	(8.118)	-	-
<b>COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO</b>		<b>17.347</b>	<b>17.347</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	10.989	10.989	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		6.358	6.358	-	-
<b>Total - partes relacionadas</b>		<b>(40.804)</b>	<b>(10.918)</b>	<b>(26.143)</b>	<b>(19.470)</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(\*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Cien S.A. operou por designação. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

#### Suprimento de energia – CCEAR

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

#### Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

#### Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 12.

### 23.3 Outras partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			31.03.2024	31.12.2023	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.080.902	6.520.291	(151.965)	(153.406)

### 23.4 Remuneração da alta administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.727	2.009
<b>Total</b>	<b>1.727</b>	<b>2.009</b>

## 24. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

### Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### 24.1 Instrumentos financeiros

##### 24.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rubrica	Categoria	Nível*	31.03.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		231.686	231.686	460.692	460.692
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		6.071	6.071	5.971	5.971
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	428.311	428.311	442.413	442.413
Consumidores, revendedores e outros	Custo amortizado		3.700.819	3.700.819	3.604.946	3.604.946
Contas a receber - acordos	Custo amortizado		538.134	538.134	492.976	492.976
Depósitos vinculados	Custo amortizado		710.349	710.349	693.705	693.705
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado		1.559.157	1.559.157	1.352.551	1.352.551
Ativo financeiro da concessão	Valor justo por meio do resultado		8.509.581	8.509.581	8.317.479	8.317.479
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado		-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>15.684.108</b>	<b>15.684.108</b>	<b>15.370.733</b>	<b>15.370.733</b>
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	Passivos financeiros pelo custo amortizado		2.489.679	2.489.679	2.684.098	2.684.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos financeiros pelo custo amortizado		3.405.642	3.304.226	2.953.403	2.830.105
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	Valor justo por meio do resultado		4.107.849	4.157.995	4.073.768	4.126.109
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	215.575	215.575	323.445	323.445
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado		129.779	129.779	118.125	118.125
Contas a pagar - acordo Eletrobras	Passivos financeiros pelo custo amortizado		67.568	67.568	66.282	66.282
Obrigações com arrendamento	Passivos financeiros pelo custo amortizado		189.826	189.826	201.980	201.980
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		100.638	100.638	160.138	160.138
Passivo financeiro setorial	Passivos financeiros pelo custo amortizado		1.712.598	1.712.598	1.375.033	1.375.033
<b>Total</b>			<b>12.419.154</b>	<b>12.367.884</b>	<b>11.956.272</b>	<b>11.885.315</b>

\* Conforme detalhado na nota explicativa 24.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

**Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
Itaú	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	Fair value hedge	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 <sup>a</sup>	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Itaú 27 <sup>a</sup>	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
Itaú - BEI I	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	134.654
Itaú - BEI II	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	538.616
Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	274.960
						<b>5.210.970</b>

A movimentação é como segue:

<b>Derivativos</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(236.095)</b>
Recebimentos de principal	-
Provisão de encargos - juros	(127.614)
Recebimento de encargos - juros	100.484
Variação monetária	58.661
Variação cambial	(43.353)
Marcação a mercado no resultado	16.165
Marcação a mercado no PL	(18.576)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>(250.328)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>843</b>
Recebimentos de principal	31.026
Provisão de encargos - juros	(98.354)
Recebimento de encargos - juros	87.001
Variação monetária	53.284
Variação cambial	77.887
Marcação a mercado no resultado	(80.200)
Marcação a mercado no PL	11.470
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>82.957</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2024 estão dispostos a seguir:

<b>Contraparte</b>	<b>Valor justo (contábil)</b>	<b>Valor da curva</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Resultado Financeiro</b>
Bradesco	243.297	237.030	-	6.267
Itáú	54.393	129.028	-	(74.635)
BNP III	(79.572)	(79.658)	86	-
Scotiabank II	(29.791)	(19.961)	(9.830)	-
BNP IV	(3.511)	(1.800)	-	(1.711)
Scotiabank III	(52.009)	(24.899)	(27.110)	-
MUFG	(12.054)	(8.170)	(3.884)	-
Scotiabank IV	(42.149)	(17.686)	(24.463)	-
Santander 27 <sup>a</sup>	55.427	30.867	-	24.560
Itáú 27 <sup>a</sup>	12.674	10.289	-	2.385
Itáú - (BEI) 26 MUSD	(9.896)	(5.688)	-	(4.208)
Itáú - (BEI) 104 MUSD	(39.331)	(22.742)	-	(16.589)
Itáú - (BEI) 104 MUSD	(2.956)	(846)	-	(2.110)
Itáú - (BEI) 104 MUSD	(11.565)	(3.331)	-	(8.234)
<b>Total</b>	<b>82.957</b>	<b>222.433</b>	<b>(65.201)</b>	<b>(74.275)</b>

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2024.

**(i) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

#### (ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

#### (iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de março de 2024 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida - Posição em 31.03.2024	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.084.807	
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,0134%	(1.076.548)	Fair value hedge
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,72%	833.250	Fair value hedge
		<b>841.509</b>	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	854.460	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,26%	(565.063)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,93%	510.670	Fair value hedge
		<b>800.067</b>	
BNP III 4131	USD + 1,97%	420.680	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97%	(420.832)	Cash flow hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98%	500.405	Cash flow hedge
		<b>500.253</b>	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31%	198.302	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,31%	(189.333)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,25%	219.125	Cash flow hedge
		<b>228.094</b>	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	295.085	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a	(294.966)	Fair value hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68%	298.476	Fair value hedge
		<b>298.595</b>	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	278.283	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,61%	(259.080)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,63%	311.089	Cash flow hedge
		<b>330.292</b>	
MUFG 4131	USD + 1,95%	193.036	
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,95%	(189.851)	Cash flow hedge
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,28%	201.905	Cash flow hedge
		<b>205.090</b>	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	384.752	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,37%	(364.239)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,39%	406.388	Cash flow hedge
		<b>426.901</b>	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	933.432	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(154.360)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	141.688	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(675.124)	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	619.697	Fair value hedge
		<b>865.333</b>	
BEI I	USD + 3,76% a.a.	120.474	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,76% a.a.	(77.850)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,10%	87.746	Fair value hedge
		<b>130.370</b>	
BEI II	USD + 3,61% a.a.	476.714	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,61% a.a.	(308.303)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,18%	347.633	Fair value hedge
		<b>516.044</b>	
BEI III	USD + 4,51% a.a.	69.061	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,51% a.a.	(67.874)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0%	70.829	Fair value hedge
		<b>72.016</b>	
BEI IV	USD + 4,38% a.a.	273.816	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,38% a.a.	(269.107)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,17%	280.672	Fair value hedge
		<b>285.381</b>	

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2024, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

#### 24.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

#### 24.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma Política de Controles e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil, que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-se às exigências locais em termos de cultura de riscos.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo a nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

##### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("Risk Owners").

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### (b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2024 é:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	30.745	166.176
Investimentos de curto prazo	b.1.1	6.071	5.971
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	82.957	843
Depósitos vinculados	b.1.1	710.349	693.705
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.700.819	3.604.946
Contas a receber - acordos	b.1.2	538.134	492.976
Ativo financeiro setorial	b.1.3	588.346	808.756
Ativo contratual	b.1.3	1.559.157	1.352.551
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	8.509.581	8.317.479
<b>Total da exposição</b>		<b>15.726.159</b>	<b>15.443.403</b>

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	31.03.2024	31.12.2023
AAA	34.461	11.615
AA+	2.277	2.299
AA	78	158.233
<b>Total</b>	<b>36.816</b>	<b>172.147</b>

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2024	31.12.2023
AAA	82.957	843
<b>Total</b>	<b>82.957</b>	<b>843</b>

#### (b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

#### (b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

#### (b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.03.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	3.302.113	2.874.875
Debêntures	4.211.378	4.152.296
Instrumentos financeiros derivativos	(82.957)	(843)
<b>Dívida</b>	<b>7.430.534</b>	<b>7.026.328</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(231.686)	(460.692)
Investimentos de curto prazo	(6.071)	(5.971)
<b>Dívida líquida</b>	<b>7.192.777</b>	<b>6.559.665</b>
Patrimônio líquido	3.091.003	2.822.916
<b>Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)</b>	<b>69,94%</b>	<b>69,91%</b>

Os índices de endividamento em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, calculados pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

#### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios, e possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos nº 3.037/2018 e nº 647/2021, que totalizam valores até R\$ 2.500.000.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2024 é de R\$ 100.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posição em 31 de março de 2024	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.489.679	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	437.653	693.679	467.391	1.343.065	1.000.182
Debêntures	80.719	411.211	104.906	2.747.568	1.997.476
Operações com instrumento derivativo	150.782	38.889	203.109	464.083	119.214
Obrigações por arrendamento	-	-	-	162.042	27.784
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	100.638	-	-
<b>Total</b>	<b>3.158.834</b>	<b>1.143.779</b>	<b>876.043</b>	<b>4.716.759</b>	<b>3.144.656</b>

**(b.4) Riscos de mercado****(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 97,08% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.213.719).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2024	%	31.12.2023	%
CDB-DI	36.816	100%	172.147	100%
<b>Total</b>	<b>36.816</b>		<b>172.147</b>	

Ativo financeiro da concessão	31.03.2024	%	31.12.2023	%
IPCA	8.509.581	100%	8.317.479	100%
<b>Total</b>	<b>8.509.581</b>		<b>8.317.479</b>	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2024	%	31.12.2023	%
Taxa Fixa	216.815	2,92%	145.517	2,07%
TJLP	1.245	0,02%	4.972	0,07%
CDI	6.761.110	90,99%	6.563.084	93,41%
IPCA	451.364	6,07%	312.755	4,45%
<b>Total</b>	<b>7.430.534</b>		<b>7.026.328</b>	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

**Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	31.03.2024	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>		<b>5,33%</b>	<b>7,99%</b>	<b>10,65%</b>	<b>13,31%</b>	<b>15,98%</b>
Equivalentes de caixa	30.745	1.639	2.457	3.274	4.092	4.913
Investimentos de curto prazo	6.071	324	485	647	808	970
<b>IPCA</b>		<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,07%</b>
Ativo financeiro da concessão	8.509.581	1.702	2.553	3.826	5.106	5.957
<b>Subtotal</b>	<b>8.546.397</b>	<b>3.665</b>	<b>5.495</b>	<b>7.747</b>	<b>10.006</b>	<b>11.840</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	31.03.2024	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>						
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(728.652)	(41.941)	(59.408)	(76.501)	(93.239)	(109.635)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(610.027)	(40.168)	(54.784)	(69.089)	(83.096)	(96.817)
Enel BR V	(207.932)	(4.431)	(6.139)	(7.810)	(9.444)	(11.045)
Enel BR VI	(31.010)	(498)	(690)	(878)	(1.062)	(1.242)
Enel BR VII	(25.594)	(262)	(369)	(473)	(575)	(674)
Enel BR VIII	(219.713)	(2.252)	(3.166)	(4.059)	(4.932)	(5.788)
Enel BR IX	(106.420)	(1.628)	(2.287)	(2.932)	(3.563)	(4.181)
<b>TJLP</b>						
FINEP 2	(1.241)	(2)	(4)	(6)	(7)	(9)
<b>Contrato de Swap</b>						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.084.807)	(69.703)	(82.802)	(95.758)	(108.573)	(121.251)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.076.548	68.684	81.592	94.358	106.985	119.478
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(833.250)	(47.195)	(67.124)	(86.628)	(105.726)	(124.435)
Debêntures - 25ª Emissão	(854.460)	(57.872)	(68.358)	(78.729)	(88.988)	(99.137)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	565.063	37.397	44.173	50.875	57.504	64.063
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(510.670)	(29.993)	(42.209)	(54.165)	(65.871)	(77.339)
BNP III 4131	(420.680)	22.820	9.147	(838)	(8.750)	(15.324)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	420.832	(22.828)	(9.150)	838	8.753	15.330
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(500.405)	(2.579)	(3.627)	(4.652)	(5.655)	(6.636)
Scotiabank II 4131	(198.302)	123.576	46.045	(10.575)	(55.437)	(92.717)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	189.333	(117.987)	(43.962)	10.097	52.930	88.523
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(219.125)	(13.567)	(18.810)	(23.942)	(28.966)	(33.888)
BNP IV 4131	(295.085)	(5.977)	(5.977)	(5.977)	(5.977)	(5.977)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	294.966	5.975	5.975	5.975	5.975	5.975
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(298.476)	(4.334)	(6.183)	(7.991)	(9.761)	(11.493)
Scotiabank III 4131	(278.283)	172.646	63.817	(15.659)	(78.631)	(130.959)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	259.080	(160.732)	(59.413)	14.578	73.205	121.922
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(311.089)	(20.432)	(27.878)	(35.166)	(42.301)	(49.291)
MUFG 4131	(193.036)	60.797	23.083	(4.459)	(26.281)	(44.415)
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Ativa	189.851	(59.794)	(22.702)	4.385	25.848	43.682
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Passiva	(201.905)	(6.378)	(8.840)	(11.248)	(13.605)	(15.913)
Scotiabank IV 4131	(384.752)	239.553	89.116	(20.745)	(107.792)	(180.127)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	364.239	(226.781)	(84.365)	19.639	102.045	170.523
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(406.388)	(25.725)	(35.451)	(44.968)	(54.288)	(63.417)
Debêntures - 27ª Emissão	(933.432)	(80.405)	(91.881)	(103.230)	(114.457)	(125.564)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	154.360	12.989	14.843	16.677	18.491	20.285
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(141.688)	(8.166)	(11.555)	(14.872)	(18.120)	(21.302)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	675.124	56.812	64.920	72.939	80.872	88.719
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(619.697)	(35.717)	(50.540)	(65.047)	(79.251)	(93.166)
BEI I	(120.474)	73.459	26.301	(8.138)	(35.425)	(58.100)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	77.850	(47.469)	(16.996)	5.259	22.892	37.544
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(87.746)	(4.346)	(6.444)	(8.497)	(10.506)	(12.475)
BEI II	(476.714)	291.580	104.847	(31.521)	(139.570)	(229.357)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	308.303	(188.419)	(67.752)	20.369	90.190	148.210
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(347.633)	(16.556)	(24.864)	(32.995)	(40.957)	(48.757)
BEI III	(69.061)	41.642	14.593	(5.161)	(20.812)	(33.818)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	67.874	(40.926)	(14.342)	5.072	20.455	33.237
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(70.829)	(3.501)	(5.194)	(6.851)	(8.474)	(10.063)
BEI IV	(273.816)	165.419	58.185	(20.127)	(82.176)	(133.737)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	269.107	(162.575)	(57.185)	19.781	80.763	131.438
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(280.672)	(13.395)	(20.103)	(26.668)	(33.096)	(39.394)
<b>Subtotal</b>	<b>(7.430.534)</b>	<b>(191.185)</b>	<b>(433.917)</b>	<b>(645.513)</b>	<b>(838.456)</b>	<b>(1.018.514)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>1.115.863</b>	<b>(187.520)</b>	<b>(428.422)</b>	<b>(637.766)</b>	<b>(828.450)</b>	<b>(1.006.674)</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

**(b.4.2) Risco de câmbio**

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2024 (em reais).



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em moeda estrangeira	31.03.2024
Empréstimos e financiamento	2.415.118
Exposição patrimonial	2.415.118
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.146.469)
<b>Exposição cambial total</b>	<b>268.649</b>

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2024	
	Moeda estrangeira	Moeda nacional
Fornecedores (Itaipu)	31.161	155.689
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>31.161</b>	<b>155.689</b>

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

#### (b.4.3) Risco de preço de regulação

##### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (c) Outros riscos

##### (c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

##### (c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito; até a data da aprovação dessas informações financeiras intermediárias, o processo ainda está sob análise do relator.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 92.639 (valor atualizado de R\$ 152.255 em 31 de março de 2024) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

## 25. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 6.004.876 em 2024, R\$ 8.081.531 em 2025, R\$ 7.551.331 em 2026, R\$ 7.630.520 em 2027 e R\$ 100.703.598 após 2027.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no trimestre findo em 31 de março de 2024 que foram homologados pela ANEEL.

## 26. Seguros

No trimestre findo em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	19.584.608	5.330.451
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	N/A	100.860
-	Responsabilidade civil administradores	31/10/2023	31/10/2024	N/A	73.489
-	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

## 27. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

### 27.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	-	209.987
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	241.090	516.191

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento de juros	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2023 a 31.03.2023
Apresentados nas atividades operacionais	24.007	72.623
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	655	2.984
<b>Total Pagamento de juros</b>	<b>24.662</b>	<b>75.607</b>

### 27.2 Conciliação das atividades de financiamento

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 12 e 13. Quanto aos dividendos e juros sobre capital próprio, a conciliação é conforme segue:

	Saldo inicial 31.12.2023	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.03.2024
		Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	160.138	-	-	-	-	(59.500)	100.638

	Saldo inicial 31.12.2022	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.03.2023
		Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	207.602	-	102.000	-	-	-	309.602

## 28. Eventos subsequentes

### 28.1 Contrato de mútuo

Em 09 de abril de 2024, a Companhia, com necessidade de capital de giro, captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de EUR 112.000 (valor desembolsado de R\$ 608.670). A operação possui vencimento em 09 de maio de 2024, a uma taxa de EURIBOR 1M + 1,20% a.a.

### 28.2 Contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 09 de abril de 2024, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao risco cambial, foi contratado um SWAP com troca de EURIBOR 1M + 1,20% a.a. para CDI + 1,35% a.a. O SWAP tem vigência com início em 09 de abril de 2024 e vencimento em 09 de maio de 2024.

### 28.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 03 de abril de 2024, a Companhia e a controladora Enel Brasil S.A. firmaram Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), considerando que a Companhia pretende, de maneira irrevogável e irretroatável, aumentar futuramente seu capital mediante a emissão de 101.608.392 de novas ações, com preço de emissão de R\$14,30, a importância total de até R\$ 1.453.000. Na mesma data o montante de R\$ 345.000 foi depositado pela holding à Companhia e o montante R\$ 1.108.000 foi liquidado em 08 de abril de 2024.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 28.4 Amortização Vivest

Em 8 de abril de 2024, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 1.108.000. A Companhia informa que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 241 O - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 241 O - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

Max Xavier Lins  
Diretor Presidente

Francesco Tutoli  
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino  
Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho  
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna  
Diretora de Serviços

Damian Popolo  
Diretor de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto  
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco  
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá  
Diretor de Mercado

Vago  
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello  
Diretor Jurídico

Fernando Andrade  
Diretor de Engenharia e Construção

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

Max Xavier Lins  
Diretor Presidente

Francesco Tutoli  
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino  
Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho  
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna  
Diretora de Serviços

Damian Popolo  
Diretor de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto  
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco  
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá  
Diretor de Mercado

Vago  
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello  
Diretor Jurídico

Fernando Andrade  
Diretor de Engenharia e Construção